

Caixa Econômica Federal – CAIXA

30 de Setembro de 2012

ÍNDICE GERAL	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Relatório dos Auditores Independentes	110



Balanço Patrimonial
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
CIRCULANTE	349.717.510	232.502.431	265.580.814	350.472.702	232.959.838	265.975.285
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.311.357	4.942.335	3.900.421	5.311.357	4.942.335	3.900.421
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	95.582.611	29.746.967	55.245.738	95.582.611	29.746.967	55.245.738
Aplicações no mercado aberto	93.192.743	27.683.377	54.229.093	93.192.743	27.683.377	54.229.093
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.390.175	2.063.665	1.016.645	2.390.175	2.063.665	1.016.645
Provisões para perdas	(307)	(75)		(307)	(75)	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	78.415.726	77.899.243	78.047.827	78.803.291	78.232.348	78.340.674
Carteira própria - livre	51.938.445	51.160.691	54.766.593	52.326.063	51.493.796	55.059.440
Vinculados a compromissos de recompra	25.052.851	25.433.206	22.403.799	25.052.798	25.433.206	22.403.799
Vinculados a prestação de garantias	1.423.460	1.053.551	876.230	1.423.460	1.053.551	876.230
Títulos objeto de oper. compr. com livre movimentação		250.611		0	250.611	
Vinculados ao Banco Central	970	1.184	1.205	970	1.184	1.205
Instrumentos financeiros derivativos						
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	72.326.675	62.665.106	62.269.128	72.326.675	62.665.106	62.269.128
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.277.281	157.486	1.017.799	1.277.281	157.486	1.017.799
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	70.448.804	62.172.025	60.720.077	70.448.804	62.172.025	60.720.077
Correspondentes	600.590	335.595	531.252	600.590	335.595	531.252
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	292.665	126.699	250.829	292.665	126.699	250.829
Recursos em trânsito de terceiros	167	177	69	167	177	69
Transferências internas de recursos	292.498	126.522	250.760	292.498	126.522	250.760
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	71.095.493	36.252.452	45.926.857	71.095.493	36.252.452	45.926.857
Setor público	6.292.590	1.382.137	1.857.432	6.292.590	1.382.137	1.857.432
Setor privado	70.570.394	40.549.328	49.487.553	70.570.394	40.549.328	49.487.553
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.510.230			2.510.230		
Provisão para operações de créditos	(8.277.721)	(5.679.013)	(5.418.128)	(8.277.721)	(5.679.013)	(5.418.128)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	25.704.920	19.882.210	18.856.620	26.072.547	20.006.512	18.958.244
Créditos por avais e fianças honrados	34.975	32.142	34.030	34.975	32.142	34.030
Carteira de câmbio	66.588	16.809	189.928	66.588	16.809	189.928
Rendas a receber	1.846.186	1.630.259	1.399.333	1.939.181	1.754.233	1.490.577
Negociação e intermediação de valores	135	128	258	135	128	258
Créditos específicos	672.164	136.123	188.107	672.164	136.123	188.107
Diversos	23.205.660	18.186.804	17.141.977	23.480.292	18.187.132	17.152.357
Provisão para outros créditos	(120.788)	(120.055)	(97.013)	(120.788)	(120.055)	(97.013)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	988.063	987.419	1.083.394	988.063	987.419	1.083.394
Outros valores e bens	752.395	742.994	765.047	752.395	742.994	765.047
Provisões para perdas	(107.468)	(122.953)	(128.087)	(107.468)	(122.953)	(128.087)
Despesas antecipadas	343.136	367.378	446.434	343.136	367.378	446.434
NÃO CIRCULANTE	323.758.303	278.528.617	241.725.920	322.899.815	277.253.755	240.502.465
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	47.103.640	41.505.632	36.353.568	47.103.640	41.505.632	36.353.568
Carteira própria - livre	20.973.052	30.603.550	28.151.117	20.972.999	30.603.550	28.151.117
Vinculados a compromissos de recompra	26.124.534	10.896.590	8.168.757	26.124.587	10.896.590	8.168.757
Vinculados a prestação de garantias	6.054	5.492	33.694	6.054	5.492	33.694
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7 (b))	18.643.804	18.333.916	19.294.712	18.643.804	18.333.916	19.294.712
Créditos vinculados - SFH	18.643.804	18.333.916	19.294.712	18.643.804	18.333.916	19.294.712
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	234.827.312	197.595.203	166.790.094	234.827.312	197.595.203	166.790.094
Setor público	18.791.344	20.804.015	15.101.025	18.791.344	20.804.015	15.101.025
Setor privado	226.334.247	186.813.296	160.583.325	226.334.247	186.813.296	160.583.325
Provisão para operações de créditos	(10.298.279)	(10.022.108)	(8.894.256)	(10.298.279)	(10.022.108)	(8.894.256)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	15.112.021	13.615.699	12.757.460	14.840.225	13.615.699	12.757.460
Diversos	15.155.023	13.631.616	12.768.491	14.883.227	13.631.616	12.768.491
Provisão para outros créditos	(43.002)	(15.917)	(11.031)	(43.002)	(15.917)	(11.031)
PERMANENTE	8.071.526	7.478.167	6.530.086	7.484.834	6.203.305	5.306.631
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.812.764	3.407.634	3.165.688	3.226.071	2.132.771	1.942.232
Participações em coligadas e controladas	3.585.977	3.215.248	3.074.951	2.999.284	1.940.385	1.851.495
- No país	3.584.813	3.214.258	3.073.971	2.998.120	1.939.395	1.850.515
- No exterior	1.164	990	980	1.164	990	980
Outros investimentos	245.478	211.108	101.814	245.478	211.108	101.814
Provisão para perdas	(18.691)	(18.722)	(11.077)	(18.691)	(18.722)	(11.077)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.115.215	1.975.401	1.968.889	2.115.216	1.975.402	1.968.890
Imóveis de uso	322.940	268.091	239.393	322.940	268.091	239.393
Reavaliações de imóveis de uso	805.234	810.437	810.437	805.234	810.437	810.437
Outras imobilizações de uso	4.450.097	4.028.123	3.947.972	4.450.098	4.028.125	3.947.973
Depreciações acumuladas	(3.463.056)	(3.131.250)	(3.028.913)	(3.463.056)	(3.131.251)	(3.028.913)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.137.695	2.072.059	1.361.349	2.137.695	2.072.059	1.361.349
Ativos intangíveis	2.922.354	2.583.979	1.871.965	2.922.354	2.583.979	1.871.965
Amortizações acumuladas	(784.659)	(511.920)	(510.616)	(784.659)	(511.920)	(510.616)
DIFERIDO	5.852	23.073	34.160	5.852	23.073	34.160
Gastos de organização e expansão	56.045	170.023	232.895	56.045	170.023	232.895
Amortizações acumuladas	(50.193)	(146.950)	(198.735)	(50.193)	(146.950)	(198.735)
T O T A L	673.475.813	511.031.048	507.306.734	673.372.517	510.213.593	506.477.750

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
CIRCULANTE	440.456.612	355.877.180	371.444.987	440.353.316	355.059.725	370.616.003
DEPÓSITOS (Nota 14)	270.468.611	248.023.653	248.089.038	270.464.921	248.005.716	248.071.562
Depósitos à vista	22.660.127	22.943.005	20.989.054	22.660.127	22.943.003	20.989.048
Depósitos de poupança	169.726.972	150.362.663	144.401.586	169.726.972	150.362.663	144.401.586
Depósitos interfinanceiros	8.332.815	5.097.544	10.131.626	8.332.815	5.097.544	10.131.626
Depósitos a prazo	59.166.318	56.365.520	60.601.753	59.162.628	56.347.585	60.584.283
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.582.379	13.254.921	11.888.808	10.582.379	13.254.921	11.888.808
Outros depósitos			76.211			76.211
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	107.333.825	54.066.190	72.874.873	107.133.566	53.182.857	71.981.961
Carteira própria	52.219.732	34.600.772	30.949.969	52.019.473	33.717.439	30.057.057
Carteira de terceiros	55.114.093	19.215.316	41.924.904	55.114.093	19.215.316	41.924.904
Carteira livre movimentação		250.102			250.102	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	13.291.083	12.966.352	11.605.667	13.291.083	12.966.352	11.605.667
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	13.291.083	12.966.352	11.605.667	13.291.083	12.966.352	11.605.667
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.504.084	203.344	1.333.181	1.504.084	203.344	1.333.181
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.493.999	193.143	1.322.689	1.493.999	193.143	1.322.689
Correspondentes	10.085	10.201	10.492	10.085	10.201	10.492
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	524.077	1.221.057	380.663	524.077	1.221.057	380.663
Recursos em trânsito de terceiros	456.266	1.193.795	359.348	456.266	1.193.795	359.348
Transferências internas de recursos	67.811	27.262	21.315	67.811	27.262	21.315
OBRAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	5.282		137.286	5.327	0	137.286
Empréstimos no País - Outras Instituições				45		
Empréstimos no exterior	5.282		137.286	5.282		137.286
OBRAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.541.350	810.500	1.014.889	2.541.350	810.500	1.014.889
TESOURO NACIONAL - PIS	450.062	483.010	663.443	450.062	483.010	663.443
BNDES	1.635.989	240.001	296.993	1.635.989	240.001	296.993
FGTS	432.935	87.489	54.453	432.935	87.489	54.453
Outras	22.364			22.364		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	522	827	794	522	827	794
Instrumentos financeiros derivativos	522	827	794	522	827	794
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	44.787.778	38.585.257	36.008.596	44.888.386	38.669.072	36.090.000
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	758.862	207.391	660.063	758.862	207.391	660.063
Carteira de câmbio	60.821	17.002	60.821	190.781	17.002	190.781
Sociais e estatutárias	1.764.690	3.142.448	1.169.006	1.764.690	3.142.448	1.169.006
Fiscais e previdenciárias	1.347.842	1.262.434	1.205.160	1.448.250	1.346.225	1.286.143
Negociação e intermediação de valores	45.647	6.956	43.638	45.647	6.956	43.638
Recursos para destinação específica:	6.773.906	6.389.023	5.181.717	6.773.906	6.389.023	5.181.717
- Obrigações de operações com loterias	595.453	725.499	555.394	595.453	725.499	555.394
- Obrigações por fundos e programas sociais	5.796.095	4.718.055	3.989.913	5.796.095	4.718.055	3.989.913
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	382.358	945.469	636.410	382.358	945.469	636.410
Diversas	34.036.010	27.560.003	27.558.231	34.036.210	27.560.027	27.558.652
NÃO CIRCULANTE	210.558.836	135.592.488	117.833.786	210.558.836	135.592.488	117.833.786
DEPÓSITOS (Nota 14)	32.812.604	11.823.322	8.624.147	32.812.604	11.823.322	8.624.147
Depósitos interfinanceiros	31.735	6.064	5.906	31.735	6.064	5.906
Depósitos a prazo	32.780.869	11.817.258	8.618.241	32.780.869	11.817.258	8.618.241
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	1.764.206	2.225.101		1.764.206	2.225.101	
Carteira própria	1.764.206	2.225.101		1.764.206	2.225.101	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	26.400.179	8.111.192	6.818.856	26.400.179	8.111.192	6.818.856
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	26.400.179	8.111.192	6.818.856	26.400.179	8.111.192	6.818.856
OBRAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.496	4.601	4.515	2.496	4.601	4.515
Empréstimos no exterior	2.496	4.601	4.515	2.496	4.601	4.515
OBRAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	109.494.672	90.805.224	80.126.337	109.494.672	90.805.224	80.126.337
TESOURO NACIONAL - PIS	270.700	84.612	63.672	270.700	84.612	63.672
BNDES	11.978.783	10.032.736	6.847.738	11.978.783	10.032.736	6.847.738
FGTS	97.117.400	80.511.694	73.037.606	97.117.400	80.511.694	73.037.606
Outras	127.789	176.182	177.321	127.789	176.182	177.321
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	40.084.679	22.623.048	22.259.931	40.084.679	22.623.048	22.259.931
Fiscais e previdenciárias	179.485	187.787	190.248	179.485	187.787	190.248
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	12.016.184	8.550.802	8.406.502	12.016.184	8.550.802	8.406.502
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	27.889.010	13.884.459	13.663.181	27.889.010	13.884.459	13.663.181
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	22.460.365	19.561.380	18.027.961	22.460.365	19.561.380	18.027.961
Capital social	16.654.802	15.154.802	14.673.724	16.654.802	15.154.802	14.673.724
- Capital de domiciliados no país	20.925.235	19.027.254	18.546.175	20.925.235	19.027.254	18.546.175
- Capital a realizar	(4.270.433)	(3.872.452)	(3.872.451)	(4.270.433)	(3.872.452)	(3.872.451)
Reserva de reavaliação	453.130	464.595	468.108	453.130	464.595	468.108
Reservas de lucros	4.459.454	4.079.781	1.944.114	4.459.454	4.079.781	1.944.114
Ajuste de avaliação patrimonial	65.371	(137.798)	(181.152)	65.371	(137.798)	(181.152)
Lucros acumulados	827.608		1.123.167	827.608		1.123.167
T O T A L	673.475.813	511.031.048	507.306.734	673.372.517	510.213.593	506.477.750

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado Setembro	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro	Acumulado Setembro
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	14.417.094	42.970.199	38.909.617	14.417.094	42.970.199	38.909.617
Operações de crédito (Nota 8 (f))	8.652.587	25.190.200	20.182.400	8.652.587	25.190.200	20.182.400
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	4.456.495	14.291.460	14.221.811	4.456.495	14.291.460	14.221.811
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	(108.009)	(1.012.030)	(660.080)	(108.009)	(1.012.030)	(660.080)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	4.912	14.434	15.052	4.912	14.434	15.052
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.347.061	4.369.393	5.149.588	1.347.061	4.369.393	5.149.588
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	64.048	116.742	846	64.048	116.742	846
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(10.499.986)	(30.869.570)	(28.353.232)	(10.495.720)	(30.843.781)	(28.274.271)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(6.851.466)	(20.226.825)	(19.229.364)	(6.847.200)	(20.201.036)	(19.150.403)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(1.690.096)	(5.049.325)	(4.276.569)	(1.690.096)	(5.049.325)	(4.276.569)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(14.203)	(14.203)		(14.203)	(14.203)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(1.944.221)	(5.579.217)	(4.847.299)	(1.944.221)	(5.579.217)	(4.847.299)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.917.108	12.100.629	10.556.385	3.921.374	12.126.418	10.635.346
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS	(2.694.132)	(8.003.760)	(7.313.613)	(2.697.702)	(8.025.114)	(7.357.794)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23)	3.055.243	8.824.274	8.274.807	3.055.243	8.824.274	8.274.807
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23)	588.962	1.669.199	1.034.735	588.962	1.669.199	1.034.735
Despesas de pessoal (Nota 24)	(3.203.985)	(9.421.981)	(8.458.108)	(3.204.615)	(9.423.365)	(8.459.054)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.166.176)	(6.143.380)	(5.323.701)	(2.166.690)	(6.147.755)	(5.326.683)
Despesas tributárias (Nota 29)	(477.694)	(1.498.742)	(1.314.452)	(477.700)	(1.499.130)	(1.319.584)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	(14.847)	138.128	184.517	(24.696)	113.450	99.037
Outras receitas operacionais (Nota 26)	1.885.043	5.507.480	5.309.321	1.892.475	5.516.957	5.359.694
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(2.360.678)	(7.078.738)	(7.020.732)	(2.360.681)	(7.078.744)	(7.020.746)
RESULTADO OPERACIONAL	1.222.976	4.096.869	3.242.772	1.223.672	4.101.304	3.277.552
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(41.653)	(133.800)	(166.169)	(41.653)	(133.800)	(166.169)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.181.323	3.963.069	3.076.603	1.182.019	3.967.504	3.111.383
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	523.528	881.556	948.879	522.832	877.121	914.099
Tributos correntes	8.849	(387.588)	(284.727)	8.149	(392.032)	(319.511)
Ativo fiscal diferido	434.340	1.461.808	1.486.388	434.344	1.461.816	1.486.392
Passivo fiscal diferido	80.339	(192.664)	(252.782)	80.339	(192.663)	(252.782)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(354.643)	(648.069)	(459.999)	(354.643)	(648.069)	(459.999)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.350.208	4.196.556	3.565.483	1.350.208	4.196.556	3.565.483

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	12.473.724	478.318	1.106.898	1.545.308	(167.298)		15.436.950
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(13.854)		(13.854)
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	287.256						287.256
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS PN (Nota 19 (a))	1.702.155						1.702.155
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES ELETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	210.589						210.589
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO		9.917					9.917
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO						(8.053)	(8.053)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(20.127)				20.127	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						3.565.483	3.565.483
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(1.002.482)	(1.002.482)
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE						(1.450.994)	(1.450.994)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			113.715			(113.715)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)				180.675		(180.675)	
Reserva de margem operacional (Reserva de Lucros)				(1.002.482)		1.002.482	
Juros sobre o capital próprio propostos						(640.813)	(640.813)
Dividendos propostos						(68.193)	(68.193)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	14.673.724	468.108	1.220.613	723.501	(181.152)	1.123.167	18.027.961

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	15.154.802	458.274	1.508.341	2.951.113	(282.493)	1.607.909	21.397.946
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					347.864		347.864
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	1.500.000						1.500.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO		2.745					2.745
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO						(4.229)	(4.229)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(7.889)				7.889	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						1.350.208	1.350.208
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE						(1.883.379)	(1.883.379)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)							
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)							
Juros sobre o capital próprio propostos						(250.790)	(250.790)
Dividendos propostos							
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	16.654.802	453.130	1.508.341	2.951.113	65.371	827.608	22.460.365



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					203.169		203.169
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	1.500.000						1.500.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO		8.302					8.302
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO						(9.042)	(9.042)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(19.767)				19.767	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						4.196.556	4.196.556
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE						(1.883.379)	(1.883.379)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reserva de Lucros)			142.317			(142.317)	
Reserva de loterias (Reserva de Lucros)				237.356		(237.356)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(802.855)	(802.855)
Dividendos propostos						(313.766)	(313.766)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	16.654.802	453.130	1.508.341	2.951.113	65.371	827.608	22.460.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CAIXA Individual			CAIXA Consolidado		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado Setembro	Acumulado Setembro	3º trimestre	Acumulado Setembro	Acumulado Setembro
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	3.873.405	9.685.816	8.323.854	3.883.254	9.710.494	8.337.822
Lucro Líquido	1.350.208	4.196.556	3.565.483	1.350.208	4.196.556	3.565.483
Ajustes ao Lucro Líquido:	2.523.197	5.489.260	4.758.371	2.533.046	5.513.938	4.772.339
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	210.648	(1.149.131)	(595.910)	210.648	(1.149.131)	(595.910)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.944.221	5.579.217	4.847.299	1.944.221	5.579.217	4.847.299
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	60.294	196.254	369.111	60.294	196.254	369.111
Depreciações e Amortizações	255.835	675.764	611.639	255.835	675.764	611.639
Impostos Diferidos	(514.679)	(1.542.147)	(1.486.390)	(514.679)	(1.542.147)	(1.486.390)
Despesas com provisões para causas judiciais	16.235	398.548	232.807	16.235	398.548	232.807
Resultado de Participação em Coligadas	14.847	(138.128)	(184.517)	24.696	(113.450)	(170.549)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	535.796	1.468.883	964.332	535.796	1.468.883	964.332
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	40.293.289	57.089.889	37.336.307	40.285.648	58.025.153	37.322.339
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(227.741)	(326.278)	201.687	(227.741)	(326.278)	201.687
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	5.249.771	(5.182.379)	(13.063.542)	5.249.771	(5.182.379)	(13.063.542)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(1.403.986)	(1.856.376)	(646.750)	(1.311.060)	(1.831.435)	(505.639)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	10.198.978	12.773.127	7.694.579	10.198.978	12.773.127	7.694.579
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.363.307)	(8.276.779)	(6.792.686)	(2.363.307)	(8.276.779)	(6.792.686)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(624.402)	(845.726)	3.181.233	(624.402)	(845.726)	3.181.233
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	79.770	(862.946)	(829.161)	79.770	(862.946)	(829.161)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(24.387.742)	(72.439.799)	(51.245.660)	(24.387.742)	(72.439.799)	(51.245.660)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(6.888.177)	(7.660.710)	(4.216.546)	(6.921.399)	(7.387.815)	(4.214.029)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	33.660	(644)	199.547	33.660	(644)	199.547
(Redução) Aumento em Depósitos	18.014.500	43.434.240	41.524.183	18.015.849	43.448.487	41.523.631
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	21.727.399	52.806.740	26.862.215	21.756.546	53.489.814	26.982.301
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	9.346.028	18.613.718	7.109.003	9.346.028	18.613.718	7.109.003
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(38)	(305)	(850)	(38)	(305)	(850)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	11.001.442	26.423.475	23.182.674	11.001.487	26.423.520	23.182.674
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	537.134	490.531	4.176.381	439.248	430.593	3.899.251
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	44.166.694	66.775.705	45.660.161	44.168.902	67.735.647	45.660.161
Alienação de Imobilizado de Uso	6.535	9.771	186.390	6.535	9.771	186.390
Aquisição de Investimentos	(12.367)	(34.401)	-	(14.575)	(994.343)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(165.980)	(480.909)	(665.148)	(165.980)	(480.909)	(665.148)
Aquisição de Intangível	(107.879)	(391.778)	(419.080)	(107.879)	(391.778)	(419.080)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(279.691)	(897.317)	(897.838)	(281.899)	(1.857.259)	(897.838)
Adiantamento para antecipação de dividendos	-	-	(110.231)	-	-	(110.231)
Dividendos/remuneração	-	-	(1.002.482)	-	-	(1.002.482)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-	(1.112.713)	-	-	(1.112.713)
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43.887.003	65.878.388	43.649.610	43.887.003	65.878.388	43.649.610
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	54.617.097	32.625.712	15.496.549	54.617.097	32.625.712	15.496.549
Caixa e Equivalentes no fim do período	98.504.100	98.504.100	59.146.159	98.504.100	98.504.100	59.146.159
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	43.887.003	65.878.388	43.649.610	43.887.003	65.878.388	43.649.610
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	8.984.191	27.742.666	25.606.157	8.984.191	27.742.666	25.606.157
Juros recebidos	13.200.625	40.595.308	35.223.922	13.200.625	40.595.308	35.223.922
Dividendos recebidos	80	295	6.825	8.633	16.466	6.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstração do Valor Adicionado
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2012				2011		2012				2011	
	3º trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	17.960.466	353,04	53.258.132	342,50	48.515.013	362,36	17.967.899	353,09	53.267.609	342,42	48.565.386	361,63
Intermediação financeira	16.302.135	320,44	48.477.676	311,75	44.218.939	330,27	16.309.568	320,51	48.487.153	311,68	44.269.312	329,64
Prestação de serviços	3.644.205	71,63	10.493.473	67,49	9.309.542	69,53	3.644.205	71,61	10.493.472	67,45	9.309.542	69,32
Provisão p/deved duvidosos - reversão/(constituição)	(1.944.221)	(38,22)	(5.579.217)	(35,88)	(4.847.299)	(36,20)	(1.944.221)	(38,21)	(5.579.217)	(35,86)	(4.847.299)	(36,09)
Resultado Não operacional	(41.653)	(0,82)	(133.800)	(0,86)	(166.169)	(1,25)	(41.653)	(0,82)	(133.799)	(0,86)	(166.169)	(1,24)
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.541.562	167,90	25.276.150	162,54	23.505.934	175,57	8.537.296	167,77	25.250.362	162,31	23.426.972	174,44
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.060.825	79,82	11.893.967	76,49	11.223.964	83,83	4.061.343	79,81	11.898.346	76,48	11.226.962	83,60
Materiais, energia e outros	794.895	15,62	2.271.571	14,61	2.040.201	15,24	795.051	15,62	2.271.944	14,60	2.040.201	15,19
Serviços de terceiros	891.049	17,51	2.529.454	16,27	2.163.033	16,16	891.408	17,52	2.533.457	16,29	2.166.015	16,13
Outras	2.374.881	46,68	7.092.942	45,61	7.020.730	52,44	2.374.884	46,67	7.092.945	45,59	7.020.746	52,28
Outras despesas operacionais - atualização monetária	209.024	4,11	747.836	4,81	859.898	6,42	209.024	4,11	747.836	4,81	859.898	6,40
Outras despesas operacionais - juros	301.662	5,93	797.650	5,13	670.590	5,01	301.662	5,93	797.650	5,13	670.590	4,99
Despesas de contribuição ao SFH	245	0,00	755	0,00	382.372	2,86	245	0,00	755	0,00	382.372	2,85
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	250.899	4,93	647.459	4,16	495.828	3,70	250.899	4,93	647.459	4,16	495.828	3,69
Outras desp. operacionais - benefícios pós-emprego	148.094	2,91	445.191	2,86	422.142	3,15	148.094	2,91	445.191	2,86	422.142	3,14
Comissões e tarifas	114.777	2,26	342.921	2,21	338.364	2,53	114.777	2,26	342.921	2,20	338.364	2,52
Despesa de administração de loterias	38.569	0,76	122.314	0,79	148.696	1,11	38.569	0,76	122.314	0,79	148.696	1,11
Demais	1.311.611	25,78	3.988.816	25,64	3.702.840	27,66	1.311.614	25,77	3.988.819	25,64	3.702.856	27,56
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	5.358.079	105,32	16.088.015	103,47	13.785.115	102,96	5.369.260	105,51	16.118.901	103,61	13.911.452	103,59
5. RETENÇÕES	255.835	5,03	675.765	4,35	580.986	4,34	255.835	5,03	675.765	4,34	580.986	4,33
Depreciação, amortização e exaustão	255.835	5,03	675.765	4,35	580.986	4,34	255.835	5,03	675.765	4,34	580.986	4,33
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	5.102.244	100,29	15.412.250	99,12	13.204.129	98,62	5.113.425	100,49	15.443.136	99,27	13.330.466	99,26
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(14.847)	(0,29)	138.128	0,88	184.517	1,38	(24.696)	(0,49)	113.450	0,73	99.037	0,74
Resultado da equivalência patrimonial	(14.847)	(0,29)	138.128	0,89	184.517	1,17	(24.696)	(0,49)	113.450	0,73	99.037	0,74
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	5.087.397	100,00	15.550.378	100,00	13.388.646	100,00	5.088.729	100,00	15.556.587	100,00	13.429.503	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.087.397	100,00	15.550.378	100,00	13.388.646	100,00	5.088.729	100,00	15.556.587	100,00	13.429.503	100,00
Pessoal e encargos	3.090.490	60,75	8.723.906	56,10	7.753.214	57,91	3.091.120	60,74	8.725.292	56,09	7.754.160	57,74
- Salários	2.100.976	41,30	6.209.248	39,93	5.514.180	41,19	2.101.606	41,30	6.210.634	39,92	5.515.126	41,07
- Encargos previdenciários	195.394	3,84	567.181	3,65	487.560	3,64	195.394	3,84	567.181	3,65	487.560	3,63
- Previdência privada	136.375	2,68	403.925	2,60	327.510	2,45	136.375	2,68	403.925	2,60	327.510	2,44
- Benefícios	303.102	5,96	895.483	5,76	963.965	7,20	303.102	5,95	895.483	5,76	963.965	7,18
- Participação nos resultados	354.643	6,97	648.069	4,17	459.999	3,44	354.643	6,97	648.069	4,17	459.999	3,43
Impostos, taxas e contribuições	422.304	8,30	1.963.329	12,63	1.530.469	11,42	423.006	8,31	1.968.152	12,65	1.570.380	11,69
- Federais	313.415	6,15	1.623.320	10,44	1.218.136	9,10	314.117	6,17	1.628.381	10,47	1.258.047	9,37
- Municipais	108.889	2,14	339.399	2,18	312.333	2,33	108.889	2,14	339.771	2,18	312.333	2,33
Aluguéis	224.396	4,41	666.588	4,30	539.480	4,03	224.396	4,41	666.588	4,28	539.480	4,02
Juros sobre capital próprio e dividendos	250.790	4,93	802.855	5,16	640.813	4,79	250.790	4,93	802.855	5,16	640.813	4,77
Lucros retidos	1.099.417	21,61	3.393.700	21,82	2.924.670	21,85	1.099.417	21,60	3.393.700	21,82	2.924.670	21,78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	21
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras	33
Nota 8 – Carteira de Crédito	35
Nota 9 – Outros créditos	45
Nota 10 – Outros valores e bens.....	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	48
Nota 12 – Imobilizado de uso.....	52
Nota 13 – Intangível	53
Nota 14 – Depósitos.....	54
Nota 15 – Captações no mercado aberto	59
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	60
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais	61
Nota 18 – Outras obrigações	62
Nota 19 – Patrimônio líquido	68
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL).....	69
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	73
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	73
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	74
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	75
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	75
Nota 26 – Outras receitas operacionais	76
Nota 27 – Outras despesas operacionais	77
Nota 28 – Resultado não operacional	78
Nota 29 – Despesas tributárias	78
Nota 30 – Provisões	79
Nota 31 – Partes relacionadas	82
Nota 32 – Benefícios a empregados	84
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	96
Nota 34 – Outras informações	108
Nota 35 – Eventos Subsequentes.....	109



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Com sede e foro no Brasil, está domiciliada em Brasília, no Distrito Federal e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA atua em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infraestrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, a CAIXA constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima, com capital social de R\$ 2,5 bilhões, representado por 2,5 bilhões de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado pela CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

(a) Contexto geral

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

As notas explicativas trazem informações complementares às seguintes demonstrações contábeis individuais e consolidadas: balanços patrimoniais; demonstrações do resultado; demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado.

As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações contábeis intermediárias.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentamos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- CPC - Pronunciamento Conceitual Básico, aprovado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3989/2011;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4007/2011;
- CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador. O pronunciamento CPC 10 não produz efeitos na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA.

A aprovação das demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 foi concedida de acordo com a deliberação do Conselho de Administração em 14 de novembro de 2012.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis intermediárias contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(b) Base de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação.

O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação minoritária.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis intermediárias, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. No caso de operações com uma coligada, os resultados não realizados são eliminados de acordo com o investimento da CAIXA na coligada.

(c) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(d) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira e as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos de curto prazo.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(g) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(i) Determinação do valor justo

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(j) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As cessões de créditos realizadas até 31 de dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independentemente da retenção ou não do risco.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(l) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, em coligadas e em equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(n) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 submetido a testes de redução ao valor recuperável e depreciado pelo método linear sem valor residual.

Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados com estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(o) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº. 3.642/2008 e nº. 3.566/2008.

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas.

Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida nas demonstrações contábeis intermediárias e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O intangível “Aquisição de Folha de Pagamento” da CAIXA é amortizado durante a vigência dos respectivos contratos, sendo no máximo de 5 anos.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração consolidada do resultado sob a rubrica ‘depreciação e amortização’, em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(p) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(q) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(r) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(1) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(2) Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

(3) Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

(s) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(t) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A CAIXA avalia, na data do balanço, se há alguma evidência de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está acima do valor recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado acima do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido), exceto na avaliação das operações de crédito da Instituição onde conforme legislação vigente é utilizado o critério de perda esperada.

(u) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo Benefício Definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados nas demonstrações contábeis intermediárias, para os planos previdenciários e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade BD, a CAIXA adota a seguinte política:



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) A parcela dos ganhos ou perdas a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceda, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- i) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, conforme item (a), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Outros benefícios concedidos são o auxílio pecúlio, estruturado na modalidade BD e o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes.

Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 – Benefícios a Empregados.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado para apropriação mensal das parcelas a serem pagas no exercício seguinte.

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Total de Disponibilidades (caixa)	5.311.357	4.942.335	3.900.421
Disponibilidade em moeda nacional	5.234.910	4.885.929	3.831.164
Disponibilidade em moeda estrangeira	76.447	56.406	69.257
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	93.192.743	27.683.377	55.245.738
Total	98.504.100	32.625.712	59.146.159

(1) Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	38.106.490	-	38.106.490	8.469.148	12.305.385
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	7.551.669	11.332.371
Letras do Tesouro Nacional	10.969.903	-	10.969.903	805.109	599.999
Notas do Tesouro Nacional	27.136.587	-	27.136.587	112.370	373.015
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	55.086.253	-	55.086.253	19.214.229	41.923.708
Letras Financeiras do Tesouro	400.525	-	400.525	19.214.229	36.006.724
Letras do Tesouro Nacional	15.081.923	-	15.081.923	-	-
Notas do Tesouro Nacional	39.603.805	-	39.603.805	-	5.916.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros	983.145	1.406.723	2.389.868	2.063.590	1.016.645
Aplicações em depósitos interfinanceiros	983.187	1.406.988	2.390.175	2.063.665	1.016.645
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(42)	(265)	(307)	(75)	-
Total	94.175.888	1.406.723	95.582.611	29.746.967	55.245.738
Ativo circulante	94.175.888	1.406.723	95.582.611	29.746.967	55.245.738
Ativo não circulante	-	-	-	-	-

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Rendas de aplicações no mercado aberto	1.690.199	4.555.284	4.290.304
Posição bancada	665.551	1.284.571	1.292.765
Posição financiada	1.024.648	3.270.713	2.997.539
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	40.295	129.599	23.381
Total	1.730.494	4.684.883	4.313.685



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados				Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central	
Títulos Públicos – Brasil	64.014.244	51.080.323	1.429.514	-	970	116.525.051
Letras Financeiras do Tesouro	761.816	5.487.287	4.577	-	-	6.253.680
Letras do Tesouro Nacional	41.475.939	27.790.309	45.526	-	-	69.311.774
Notas do Tesouro Nacional	21.776.183	17.802.727	1.379.411	-	970	40.959.291
Tesouro Nacional/ Securitização	306	-	-	-	-	306
Títulos - Empresas	8.897.253	97.062	-	-	-	8.994.315
Letras de Crédito Imobiliário	140.483	-	-	-	-	140.483
Letras de Crédito Agrário	75.956	-	-	-	-	75.956
Debêntures	4.166.867	97.062	-	-	-	4.263.929
Cotas de Fundos	39.250	-	-	-	-	39.250
Certificado de Recebíveis Imobiliários	582.603	-	-	-	-	582.603
Ações	3.892.094	-	-	-	-	3.892.094
30/09/2012	72.911.497	51.177.385	1.429.514	-	970	125.519.366
31/12/2011	81.764.241	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	119.404.875
30/09/2011	82.917.710	30.572.556	909.924	-	1.205	114.401.395



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados				Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Livre movimentação	Banco Central	
Títulos Públicos – Brasil	64.014.244	51.080.323	1.429.514	-	970	116.525.051
Letras Financeiras do Tesouro	761.816	5.487.287	4.577	-	-	6.253.680
Letras do Tesouro Nacional	41.475.939	27.790.309	45.526	-	-	69.311.774
Notas do Tesouro Nacional	21.776.183	17.802.727	1.379.411	-	970	40.959.291
Tesouro Nacional/ Securitização	306	-	-	-	-	306
Títulos - Empresas	9.284.818	97.062	-	-	-	9.381.880
Letras de Crédito Imobiliário	140.483	-	-	-	-	140.483
Letras de Crédito Agrário	75.956	-	-	-	-	75.956
Debêntures	4.166.867	97.062	-	-	-	4.263.929
Cotas de Fundos	78.820	-	-	-	-	78.820
Certificado de Recebíveis Imobiliários	582.603	-	-	-	-	582.603
Ações	4.240.089	-	-	-	-	4.240.089
30/09/2012	73.299.062	51.177.385	1.429.514	-	970	125.906.931
31/12/2011	82.097.346	36.329.796	1.059.043	250.611	1.184	119.737.980
30/09/2011	83.210.557	30.572.556	909.924	-	1.205	114.694.242



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação consolidada por prazos

CAIXA INDIVIDUAL										
Posição em 30/09/2012	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	115.372.222	1.148.232	4.597	116.525.051	123.184.758	-	3.910.136	11.200.349	24.151.783	77.262.783
Letras Financeiras do Tesouro	6.253.812	(134)	2	6.253.680	6.253.927	-	-	1.470.409	42.810	4.740.461
Letras do Tesouro Nacional	68.188.721	1.123.053	-	69.311.774	69.857.025	-	3.910.136	4.824.395	18.068.219	42.509.024
Notas do Tesouro Nacional	40.929.326	25.313	4.652	40.959.291	47.073.500	-	-	4.905.545	6.040.754	30.012.992
Tesouro Nacional/Securitização	363	-	(57)	306	306	-	-	-	-	306
Títulos - Empresas	9.248.735	899	(255.319)	8.994.315	9.018.125	3.931.344	-	25.586	20.960	5.016.425
Letras de Crédito Imobiliário	140.445	-	38	140.483	140.483	-	-	-	-	140.483
Letras de Crédito Agrário	76.115	-	(159)	75.956	75.956	-	-	-	-	75.956
Debêntures	4.275.115	636	(11.822)	4.263.929	4.263.929	-	-	25.586	20.960	4.217.383
Cotas de Fundos	39.250	-	-	39.250	39.250	39.250	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	599.887	263	(17.547)	582.603	606.413	-	-	-	-	582.603
Ações	4.117.923	-	(225.829)	3.892.094	3.892.094	3.892.094	-	-	-	-
Total - TVM	124.620.957	1.149.131	(250.722)	125.519.366	132.202.883	3.931.344	3.910.136	11.225.935	24.172.743	82.279.208
Para negociação	66.051.348	1.149.131	-	67.200.479	67.200.479	28.879	3.910.136	9.996.966	18.088.930	35.175.568
Disponíveis para Venda	14.599.641	-	(250.722)	14.348.919	14.348.919	3.902.465	-	-	20.960	10.425.494
Mantidos até o Vencimento	43.969.968	-	-	43.969.968	50.653.485	-	-	1.228.969	6.062.853	36.678.146

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/01.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO										
Posição em 30/09/2012	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	115.372.222	1.148.232	4.597	116.525.051	123.184.758	-	3.910.136	11.200.349	24.151.783	77.262.783
Letras Financeiras do Tesouro	6.253.812	(134)	2	6.253.680	6.253.927	-	-	1.470.409	42.810	4.740.461
Letras do Tesouro Nacional	68.188.721	1.123.053	-	69.311.774	69.857.025	-	3.910.136	4.824.395	18.068.219	42.509.024
Notas do Tesouro Nacional	40.929.326	25.313	4.652	40.959.291	47.073.500	-	-	4.905.545	6.040.754	30.012.992
Tesouro Nacional/Securitização	363	-	(57)	306	306	-	-	-	-	306
Títulos - Empresas	9.748.250	899	(367.269)	9.381.880	9.405.690	4.318.909	-	25.586	20.960	5.016.425
Letras de Crédito Imobiliário	140.445	-	38	140.483	140.483	-	-	-	-	140.483
Letras de Crédito Agrário	76.115	-	(159)	75.956	75.956	-	-	-	-	75.956
Debêntures	4.275.115	636	(11.822)	4.263.929	4.263.929	-	-	25.586	20.960	4.217.383
Cotas de Fundos	78.820	-	-	78.820	78.820	78.820	-	-	-	-
Certif. de Recebíveis Imobiliários	599.887	263	(17.547)	582.603	606.413	-	-	-	-	582.603
Ações	4.577.868	-	(337.779)	4.240.089	4.240.089	4.240.089	-	-	-	-
Total - TVM	125.120.472	1.149.131	(362.672)	125.906.931	132.590.448	4.318.909	3.910.136	11.225.935	24.172.743	82.279.208
Para negociação	66.051.348	1.149.131	-	67.200.479	67.200.479	28.879	3.910.136	9.996.966	18.088.930	35.175.568
Disponíveis para Venda	15.099.156	-	(362.672)	14.736.484	14.736.484	4.290.030	-	-	20.960	10.425.494
Mantidos até o Vencimento	43.969.968	-	-	43.969.968	50.653.485	-	-	1.228.969	6.062.853	36.678.146

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria III – Títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para divulgação e análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Os títulos da categoria I – Títulos para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3068/01.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO														
Descrição	30/09/2012							31/12/2011			30/09/2011			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	3.910.136	9.971.380	18.088.930	35.156.836	65.979.050	1.148.232	67.127.282	54.416.592	642.451	55.059.043	49.919.392	683.932	50.603.324
LFT	-	-	1.464.551	20.711	1.422.631	2.908.027	(134)	2.907.893	4.549.108	(531)	4.548.577	7.264.715	(742)	7.263.973
LTN	-	3.910.136	4.824.395	18.068.219	33.709.951	59.389.648	1.123.053	60.512.701	39.031.724	617.583	39.649.307	34.616.525	643.325	35.259.850
NTN	-	-	3.682.434	-	24.254	3.681.375	25.313	3.706.688	10.835.760	25.399	10.861.159	8.038.152	41.349	8.079.501
Títulos Empresas	28.879	-	25.586	-	18.732	72.298	899	73.197	83.554	1.538	85.092	79.831	740	80.571
Debêntures	-	-	25.586	-	14.030	38.980	636	39.616	53.840	1.427	55.267	52.290	1.176	53.466
Cotas de Fundos	28.879	-	-	-	-	28.879	-	28.879	22.877	-	22.877	20.011	-	20.011
Certif.Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	4.702	4.439	263	4.702	6.837	111	6.948	7.530	(436)	7.094
Total	28.879	3.910.136	9.996.966	18.088.930	35.175.568	66.051.348	1.149.131	67.200.479	54.500.146	643.989	55.144.135	49.999.223	684.672	50.683.895

* Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL

Descrição	30/09/2012							31/12/2011			30/09/2011			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	-	5.642.902	5.638.305	4.597	5.642.902	1.024.891	(139.832)	885.059	173.215	2.601	175.816
LFT	-	-	-	-	96.443	96.441	2	96.443	152.665	183	152.848	168.837	266	169.103
NTN	-	-	-	-	5.546.153	5.541.501	4.652	5.546.153	4.187	2.329	6.516	4.044	2.343	6.387
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279	265	7	272
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	306	363	(57)	306	867.765	(142.349)	725.416	69	(15)	54
Títulos – Empresas	3.902.465	-	-	20.960	4.782.592	8.961.336	(255.319)	8.706.017	5.123.071	(413.589)	4.709.482	2.607.404	(553.613)	2.053.791
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	140.483	140.445	38	140.483	-	-	-	-	-	-
Letras de Crédito Agrário	-	-	-	-	75.956	76.115	(159)	75.956	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	20.960	4.203.353	4.236.135	(11.822)	4.224.313	2.035.109	(4.998)	2.030.111	300.263	5.526	305.789
Cotas de Fundos	10.371	-	-	-	-	10.371	-	10.371	7.864	-	7.864	8.153	-	8.153
Certif.Recebíveis imobiliários	-	-	-	-	362.800	380.347	(17.547)	362.800	452.165	(32.894)	419.271	152.134	(4.746)	147.388
Ações	3.892.094	-	-	-	-	4.117.923	(225.829)	3.892.094	2.627.933	(375.697)	2.252.236	2.146.854	(554.393)	1.592.461
Total	3.902.465	-	-	20.960	10.425.494	14.599.641	(250.722)	14.348.919	6.147.962	(553.421)	5.594.541	2.780.619	(551.012)	2.229.607

* Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO

Descrição	30/09/2012								31/12/2011			30/09/2011		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado	Custo	*Ajuste Patrimônio	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	-	-	-	-	5.642.902	5.638.305	4.597	5.642.902	1.024.891	(139.832)	885.059	173.215	2.601	175.816
LFT	-	-	-	-	96.443	96.441	2	96.443	152.665	183	152.848	168.837	266	169.103
NTN	-	-	-	-	5.546.153	5.541.501	4.652	5.546.153	4.187	2.329	6.516	4.044	2.343	6.387
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	274	5	279	265	7	272
Tes. Nacional/CVS	-	-	-	-	306	363	(57)	306	867.765	(142.349)	725.416	69	(15)	54
Títulos – Empresas	4.290.030	-	-	20.960	4.782.592	9.460.851	(367.269)	9.093.582	5.220.714	(178.127)	5.042.587	2.705.047	(358.410)	2.346.637
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	140.483	140.445	38	140.483	-	-	-	-	-	-
Letras de Crédito Agrário	-	-	-	-	75.956	76.115	(159)	75.956	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	20.960	4.203.353	4.236.135	(11.822)	4.224.313	2.035.109	(4.998)	2.030.111	300.263	5.526	305.789
Cotas de Fundos	49.941	-	-	-	-	49.941	-	49.941	7.864	-	7.864	8.153	-	8.153
Certif.Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	362.800	380.347	(17.547)	362.800	452.165	(32.894)	419.271	152.134	(4.746)	147.388
Ações	4.240.089	-	-	-	-	4.577.868	(337.779)	4.240.089	2.725.576	(140.235)	2.585.341	2.244.497	(359.190)	1.885.307
Total	4.290.030	-	-	20.960	10.425.494	15.099.156	(362.672)	14.736.484	6.245.605	(317.959)	5.927.646	2.878.262	(355.809)	2.522.453

* Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2012		31/12/2011		30/09/2011	
						Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos - Brasil	-	-	1.228.969	6.062.853	36.463.045	43.754.867	50.414.574	58.468.961	61.037.797	61.459.641	63.657.332
LFT	-	-	5.858	22.099	3.221.387	3.249.344	3.249.591	4.552.399	4.552.233	5.411.682	5.411.264
LTN	-	-	-	-	8.799.073	8.799.073	9.344.324	4.765.860	4.844.966	2.743.409	2.789.855
NTN	-	-	1.223.111	6.040.754	24.442.585	31.706.450	37.820.659	49.149.472	51.639.564	53.142.394	55.319.071
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	-	-	-	-	1.230	1.034	162.156	137.142
Títulos - Empresas	-	-	-	-	215.101	215.101	238.911	197.238	207.784	28.252	28.900
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	215.101	215.101	238.911	197.238	207.784	28.252	28.900
Total	-	-	1.228.969	6.062.853	36.678.146	43.969.968	50.653.485	58.666.199	61.245.581	61.487.893	63.686.232

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.242.611	4.813.034	4.291.194
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.525	339.414	(79.561)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.368.842	4.452.285	5.696.493
Outros	1.023	1.844	-
Total	2.726.001	9.606.577	9.908.126

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de *swap*, registrados na Cetip e na BM&FBovespa, estão sujeitos a risco de crédito no caso da contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "*swap*" em 30/09/2012 é de R\$ 31 (30/09/2011 - R\$ 69).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 57.281.479 (30/09/2011 - R\$ 40.996.220). O diferencial a pagar de *swap* nessa data monta R\$ 522 (30/09/2011 - R\$ 794).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	30/09/2012				31/12/2011				30/09/2011			
	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	*Valor referencial	**Valor patrimonial	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda	57.281.479	-	-	57.281.479	46.132.605	-	-	46.132.605	40.996.220	-	-	40.996.220
Moeda estrangeira	19.368	-	-	19.368	16.920	-	-	16.920	146.415	-	-	146.415
Índices	57.262.111	-	-	57.262.111	46.115.685	-	-	46.115.685	40.849.805	-	-	40.849.805
Contratos swaps	-	522	-	522	-	827	-	827	-	794	-	794
Posição Passiva	-	522	-	522	-	827	-	827	-	794	-	794
Pós-Fixados	-	522	-	522	-	827	-	827	-	794	-	794

* Conta de compensação valor referencial

** Valor patrimonial a receber/pagar

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2012				31/12/2011	30/09/2011	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
ATIVO – DI - Futuros - posição vendida							
BM&FBovespa	349.901	8.550.365	18.406.792	29.955.053	57.262.111	40.595.955	
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida							
BM&FBovespa	19.368	-	-	-	19.368	146.415	
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada							
BM&FBovespa	-	-	-	-	-	129.750	



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre 2012	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Swap	(50)	(91)	14
Futuro	(107.959)	(1.011.939)	(660.094)
Total	(108.009)	(1.012.030)	(660.080)

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Títulos públicos	1.429.514	1.059.043	909.924
Notas do Tesouro Nacional	1.379.411	1.013.889	866.192
Letras do Tesouro Nacional	45.526	40.864	39.554
Letras Financeiras do Tesouro	4.577	4.290	4.178

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.432.007	4.714.065	4.543.483
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	33.798.024	29.894.553	28.629.971
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	6.364.546	4.947.623	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	24.854.227	22.615.784	27.546.623
Total		70.448.804	62.172.025	60.720.077

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a. a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011
	Total Crédito	Provisão	Crédito Liq. de Provisão	Total Crédito	Provisão	Crédito Liq. de Provisão	Crédito Liq. de Provisão
FGTS a ressarcir	83.775	-	83.775	110.717	-	110.717	102.491
FCVS a receber	21.588.930	(3.028.901)	18.560.029	21.179.699	(2.956.500)	18.223.199	19.192.221
Não habilitados (1)	1.723.683	(330.560)	1.393.123	2.115.215	(406.454)	1.708.761	1.820.009
Habilitados e não homologados (2)	6.430.348	(2.476.806)	3.953.542	6.047.503	(2.256.113)	3.791.390	3.678.067
Habilitados e homologados (3)	13.434.899	(221.535)	13.213.364	13.016.981	(293.933)	12.723.048	13.694.145
Total	21.672.705	(3.028.901)	18.643.804	21.290.416	(2.956.500)	18.333.916	19.294.712

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.938 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 888.860.

Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Créditos vinculados ao BACEN	1.071.349	3.388.003	3.604.608
Créditos vinculados ao SFH	275.712	981.390	1.544.980
Total	1.347.061	4.369.393	5.149.588

Nota 8 – Carteira de Crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por modalidade

(a.1) Resumo das carteiras de crédito por modalidade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Operações de Crédito	324.498.805	249.548.776	227.029.335
Empréstimos e títulos descontados	91.769.389	62.593.560	59.092.293
Financiamentos	17.770.879	17.156.734	12.940.479
Financiamentos rurais e agroindustriais	120	-	-
Financiamentos imobiliários	190.558.002	152.870.586	141.208.117
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	21.890.185	16.927.896	13.788.446
Operações de crédito vinculadas à cessão	2.510.230	-	-
Outros Créditos c/ características de concessão de crédito (Nota 9 d)	6.508.484	3.341.523	2.838.859
Cartão de crédito (1)	3.823.447	3.287.162	2.782.346
Créditos por avais e fianças honrados	34.975	32.142	34.030
Devedores por compra de valores e bens	17.269	17.142	17.011
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	2.632.793	5.077	5.472
Total da Carteira de Crédito	331.007.289	252.890.299	229.868.194
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(18.739.790)	(15.837.093)	(14.420.428)
Provisão para operações de crédito	(18.576.000)	(15.701.121)	(14.312.384)
Provisão para outros créditos (Nota 9 (d))	(163.790)	(135.972)	(108.044)
Total da Carteira de Crédito Líquida de Provisões	312.267.499	237.053.206	215.447.766

(1) Inclui créditos com característica de concessão de crédito



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.2) Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Empréstimos e títulos descontados	4.374.288	3.437.359	3.096.699	8.617.267	13.288.675	48.194.133	81.008.421	55.918.909	52.931.008
Financiamentos	1.129.205	322.067	306.856	879.824	1.565.499	10.930.280	15.133.731	15.333.851	11.087.174
Financiamentos imobiliários	2.141.341	1.566.824	1.564.515	4.739.315	9.287.780	118.779.802	138.079.577	114.740.533	108.504.587
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.121.096	651.730	115.220	345.213	688.969	17.453.868	20.376.096	16.696.155	13.501.094
Operações de crédito vinculadas a cessão	34.970	26.335	26.335	79.005	158.010	1.858.795	2.183.450	-	-
Outros Créditos	1.904.563	786.458	510.371	740.856	553.234	1.725.388	6.220.870	3.305.285	2.801.258
30/09/2012	10.705.463	6.790.773	5.619.996	15.401.480	25.542.167	198.942.266	263.002.145	-	-
31/12/2011	6.424.195	3.359.301	2.876.243	7.864.819	13.665.225	171.804.950	-	205.994.733	-
30/09/2011	7.669.846	7.944.416	3.493.188	9.263.055	16.641.474	143.813.142	-	-	188.825.121

(a.3) Curso anormal – parcelas vincendas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Empréstimos e títulos descontados	254.878	222.334	215.070	611.434	1.099.679	4.588.548	6.991.943	829.669	3.697.312
Financiamentos	56.321	52.768	51.755	145.742	250.215	805.510	1.362.311	98.805	840.380
Financiamentos rurais e agroindustriais	19	19	9	27	46	-	120	-	-
Financiamentos imobiliários	951.162	542.232	541.938	1.665.820	3.252.593	43.652.757	50.606.502	36.407.570	31.163.940
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	15.352	15.293	15.293	45.880	91.759	1.280.353	1.463.930	229.725	276.868
Operações de crédito vinculadas a cessão	6.470	3.901	3.901	11.704	23.408	276.967	326.351	-	-
Outros Créditos	17.651	8.019	7.276	20.815	39.235	164.922	257.918	14.003	13.811
30/09/2012	1.301.853	844.566	835.242	2.501.422	4.756.935	50.769.057	61.009.075	-	-
31/12/2011	693.208	422.414	421.944	1.269.058	2.523.137	32.250.011	-	37.579.772	-
30/09/2011	744.213	534.295	528.670	1.560.144	2.965.684	29.659.305	-	-	35.992.311



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.4) Curso anormal – parcelas vencidas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Empréstimos e títulos descontados	760.463	271.072	525.907	1.040.769	1.100.002	70.812	3.769.025	5.844.982	2.463.973
Financiamentos	89.321	37.676	222.861	433.191	478.009	13.779	1.274.837	1.724.078	1.012.925
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos imobiliários	561.082	123.276	209.768	436.321	536.112	5.364	1.871.923	1.722.483	1.539.590
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	4.029	6.595	39.098	437	-	-	50.159	2.016	10.484
Cessão de créditos	374	55	-	-	-	-	429	-	-
Outros Créditos	12.427	6.238	2.981	3.105	2.810	2.135	29.696	22.235	23.790
30/09/2012	1.427.696	444.912	1.000.615	1.913.823	2.116.933	92.090	6.996.069	-	-
31/12/2011	4.075.360	1.096.659	777.052	1.567.658	1.650.194	148.871	-	9.315.794	-
30/09/2011	918.169	601.747	612.403	1.257.446	1.509.139	151.858	-	-	5.050.762



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Modalidades e níveis de risco

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Empréstimos e títulos descontados	15.263.671	31.911.622	21.107.901	13.081.497	4.985.455	1.156.527	601.264	461.765	3.199.687	91.769.389	62.593.560	59.092.293
Financiamentos	6.183.175	5.114.391	2.751.642	1.258.693	1.102.859	245.229	163.398	140.644	810.848	17.770.879	17.156.734	12.940.479
Financiamentos rurais e agroindustriais	100	-	-	20	-	-	-	-	-	120	-	-
Financiamentos imobiliários	1.598.497	112.588.223	23.670.441	39.701.525	2.501.785	881.633	694.205	584.710	8.336.983	190.558.002	152.870.586	141.208.117
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	8.448.884	7.199.704	2.830.386	2.676.657	734.412	-	-	-	142	21.890.185	16.927.896	13.788.446
Cessão de créditos	183	2.400.503	35.147	16.085	5.950	3.673	2.447	2.571	43.671	2.510.230	-	-
Outros Créditos	25.747	3.068.817	2.569.383	420.933	324.691	20.865	9.419	6.494	62.135	6.508.484	3.341.523	2.838.859
30/09/2012	31.520.257	162.283.260	52.964.900	57.155.410	9.655.152	2.307.927	1.470.733	1.196.184	12.453.466	331.007.289	-	-
31/12/2011	28.368.953	125.075.674	40.869.853	37.660.518	5.439.823	2.025.849	1.411.542	1.007.996	11.030.091	-	252.890.299	-
30/09/2011	18.214.372	118.332.931	40.495.021	34.561.755	4.340.002	1.581.594	1.128.444	999.399	10.214.676	-	-	229.868.194



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
01 a 30 dias	2.040.832	5.043.606	1.526.185	1.277.361	482.157	81.386	40.299	21.382	192.255	10.705.463	6.424.195	7.669.846
31 a 60 dias	1.014.385	3.266.362	1.149.881	850.666	299.099	52.705	23.336	11.462	122.877	6.790.773	3.359.301	7.944.416
61 a 90 dias	415.967	2.961.018	1.026.582	779.980	254.427	41.916	18.150	9.710	112.246	5.619.996	2.876.243	3.493.188
91 a 180 dias	1.166.837	7.948.926	2.970.245	2.149.121	682.160	102.150	47.704	27.117	307.220	15.401.480	7.864.819	9.263.055
181 a 360 dias	2.243.814	12.566.932	5.087.492	3.844.119	1.132.661	170.720	64.344	31.803	400.282	25.542.167	13.665.225	16.641.474
Acima de 360 dias	24.150.360	106.492.209	28.376.660	32.484.624	3.595.267	432.745	224.531	177.273	3.008.597	198.942.266	171.804.950	143.813.142
Total	31.032.195	138.279.053	40.137.045	41.385.871	6.445.771	881.622	418.364	278.747	4.143.477	263.002.145	205.994.733	188.825.121



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2012	31/12/ 2011	30/09/ 2011
Parcelas Vencidas	203.589	131.726	600.100	734.418	840.761	651.685	506.671	488.682	2.838.437	6.996.069	9.315.794	5.050.762
01 a 30 dias	203.324	131.726	506.543	236.571	165.924	29.754	17.810	15.196	120.848	1.427.696	4.075.360	918.169
31 a 60 dias	-	-	92.213	223.956	54.057	12.444	7.363	5.877	49.002	444.912	1.096.659	601.747
61 a 90 dias	-	-	1.344	189.652	495.731	102.299	40.125	26.211	145.253	1.000.615	777.052	612.403
91 a 180 dias	-	-	-	84.239	124.857	444.897	388.380	394.914	476.536	1.913.823	1.567.658	1.257.446
181 a 360 dias	-	-	-	-	192	62.291	52.993	46.419	1.955.038	2.116.933	1.650.194	1.509.139
Acima de 360 dias	265	-	-	-	-	-	-	65	91.760	92.090	148.871	151.858
Parcelas Vincendas	284.473	23.872.481	12.227.755	15.035.121	2.368.620	774.620	545.698	428.755	5.471.552	61.009.075	37.579.772	35.992.311
01 a 30 dias	18.975	445.175	327.083	289.750	70.856	17.848	12.200	10.375	109.591	1.301.853	693.208	744.213
31 a 60 dias	5.456	301.362	176.766	194.257	60.823	14.165	9.407	7.648	74.682	844.566	422.414	534.295
61 a 90 dias	5.716	299.766	173.782	192.076	59.126	14.027	9.298	7.582	73.869	835.242	421.944	528.670
91 a 180 dias	16.983	889.688	541.298	575.898	170.535	40.784	27.017	22.039	217.180	2.501.422	1.269.058	1.560.144
181 a 360 dias	33.307	1.738.244	998.395	1.086.315	313.155	76.087	50.998	39.384	421.050	4.756.935	2.523.137	2.965.684
Acima de 360 dias	204.036	20.198.246	10.010.431	12.696.825	1.694.125	611.709	436.778	341.727	4.575.180	50.769.057	32.250.011	29.659.305
Total	488.062	24.004.207	12.827.855	15.769.539	3.209.381	1.426.305	1.052.369	917.437	8.309.989	68.005.144	46.895.566	41.043.073



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
SETOR PÚBLICO	25.083.934	21.914.181	16.680.746
Administração Direta	12.965.776	10.646.069	8.004.570
Administração Indireta – Petroquímico	8.255.908	8.184.534	5.732.225
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	2.982.038	2.678.654	2.550.605
Administração Indireta - Outros	880.212	404.924	393.346
SETOR PRIVADO	305.923.355	230.976.118	213.187.448
PESSOA JURÍDICA	64.647.729	44.232.421	40.007.384
Agronegócio e Extrativismo	4.529.393	2.937.364	2.947.436
Petroquímico	1.786.570	2.161.412	1.726.669
Têxtil	1.246.920	933.297	907.302
Siderurgia e Metalurgia	8.582.932	8.178.782	8.137.359
Alimentação	1.153.334	678.001	667.316
Outras indústrias	2.843.833	1.399.868	1.337.535
Comércio varejista	13.116.851	7.734.217	7.454.891
Comércio atacadista	2.430.954	1.562.609	1.463.690
Construção civil	8.155.966	5.222.021	4.082.079
Serviços financeiros	2.436.890	1.297.962	1.272.072
Energia elétrica	5.887.958	3.731.418	3.449.868
Saneamento e infraestrutura	1.722.005	741.378	603.949
Serviços pessoais	164.767	90.409	85.194
Comunicação	1.311.795	1.119.935	446.471
Transporte	2.537.129	1.841.655	1.122.130
Saúde	2.126.853	1.749.459	1.646.310
Outros serviços	4.613.579	2.852.634	2.657.113
PESSOA FÍSICA	241.275.626	186.743.697	173.180.064
Comercial	63.531.348	48.006.291	45.351.692
Habitacional	177.693.242	138.690.216	127.779.769
Outros	51.036	47.190	48.603
Total	331.007.289	252.890.299	229.868.194



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	30/09/2012			31/12/2011	30/09/2011
	Setor público	Setor privado	Total	Total	Total
Curto prazo	6.289.336	68.010.561	74.299.897	39.519.544	51.344.985
De 0 a 90 dias	5.310.417	20.787.476	26.097.893	14.197.305	21.516.112
De 91 a 360 dias	978.919	47.223.085	48.202.004	25.322.239	29.828.873
Longo prazo	18.791.344	230.919.979	249.711.323	204.054.961	173.472.447
De 1 ano até 3 anos	2.311.018	70.503.639	72.814.657	62.840.906	64.771.783
De 3 anos até 5 anos	4.085.808	58.439.642	62.525.450	57.029.416	46.009.720
De 5 anos até 15 anos	9.590.016	96.686.721	106.276.737	78.666.337	58.746.242
Mais de 15 anos	2.804.502	5.289.977	8.094.479	5.518.302	3.944.702
Total normal	25.080.680	298.930.540	324.011.220	243.574.505	224.817.432
Total vencido	3.254	6.992.815	6.996.069	9.315.794	5.050.762
Total geral	25.083.934	305.923.355	331.007.289	252.890.299	229.868.194

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 6.508.484 (31/12/2011 – R\$ 3.341.523 e 30/09/2011 – R\$ 2.838.859), referente aos “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota 9 (d).

(f) Receitas de operação de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	4.566.806	13.243.278	10.503.711
Financiamentos imobiliários	3.738.650	10.838.371	8.924.351
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	344.574	1.100.706	746.993
Outros créditos	2.557	7.845	7.345
Total	8.652.587	25.190.200	20.182.400



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Concentração dos principais devedores

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/09/2012	%	31/12/2011	%	30/09/2011	%
Principal devedor	8.255.908	2,49	8.184.534	3,24	7.309.962	3,18
10 maiores devedores	30.547.833	9,23	26.257.097	9,92	21.848.514	9,50
20 maiores devedores	37.690.995	11,39	31.826.882	12,03	26.361.525	11,47
50 maiores devedores	47.653.575	14,40	39.309.802	14,89	32.317.614	14,06
100 maiores devedores	54.033.112	16,32	43.894.444	16,68	36.288.632	15,79

(h) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Operações Renegociadas	975.120	2.676.038	2.016.480
Operações Comerciais	739.399	2.005.573	1.565.564
Operações Habitacionais	235.721	670.465	450.916
Operações Recuperadas	187.340	629.172	531.673
Operações Comerciais	69.185	216.804	221.475
Operações Habitacionais	118.155	412.368	310.198

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Saldo inicial	17.706.332	15.837.093	11.299.929
Constituição	2.145.689	7.657.109	5.195.217
Baixas	(201.468)	(2.077.892)	(347.918)
Transferência para prejuízo	(910.763)	(2.676.520)	(1.726.800)
Saldo final	18.739.790	18.739.790	14.420.428



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 163.790 (31/12/2011 – R\$ 135.972 e 30/09/2011 – R\$ 108.044) referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota 9 (d).

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos rurais e agroindustriais	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Cessão de créditos	Outros créditos	Total
A	159.558	25.572	-	562.942	35.999	12.003	15.343	811.417
B	211.079	27.516	-	236.704	28.304	351	25.694	529.648
C	392.445	37.761	1	1.191.046	80.300	483	12.628	1.714.664
D	498.546	110.286	-	250.178	73.441	595	32.469	965.515
E	346.958	73.569	-	264.490	-	1.102	6.259	692.378
F	300.632	81.699	-	347.103	-	1.224	4.709	735.367
G	323.236	98.451	-	409.297	-	1.800	4.546	837.330
H	3.199.702	810.834	-	8.336.983	141	43.669	62.142	12.453.471
30/09/2012	5.432.156	1.265.688	1	11.598.743	218.185	61.227	163.790	18.739.790
31/12/2011	3.531.676	1.546.939	-	10.257.225	365.281	-	135.972	15.837.093
30/09/2011	3.195.365	1.459.768	-	9.445.469	211.782	-	108.044	14.420.428



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Créditos por Avais e Finanças Honradas	34.975	32.142	34.030
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	66.588	16.809	189.928
Rendas a Receber	1.846.186	1.630.259	1.399.333
Convênios Setor Privado	85.261	69.861	67.230
Convênios Setor Público	304.510	189.234	171.292
Administração de Fundos de Investimento	74.062	70.193	64.707
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.234.042	1.163.067	929.511
Repasses OGU	148.311	137.904	166.593
Negociação e Intermediação de valores	135	128	258
Créditos Específicos	672.164	136.123	188.107
Diversos – nota 9 (b)	38.360.683	31.818.420	29.910.468
Provisão para Outros Créditos	(163.790)	(135.972)	(108.044)
Total	40.816.941	33.497.909	31.614.080
Ativo circulante	25.704.920	19.882.210	18.856.620
Ativo não circulante	15.112.021	13.615.699	12.757.460

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Créditos por Avais e Finanças Honradas	34.975	32.142	34.030
Carteira de Câmbio – nota 9 (c)	66.588	16.809	189.928
Rendas a Receber	1.939.181	1.754.233	1.490.577
Dividendos e JCP a receber	92.995	123.973	91.244
Convênios Setor Privado	85.261	69.861	67.230
Convênios Setor Público	304.510	189.234	171.292
Administração de Fundos de Investimento	74.062	70.193	64.707
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.234.042	1.163.067	929.511
Repasses OGU	148.311	137.905	166.593
Negociação e Intermediação de valores	135	128	258
Créditos Específicos	672.164	136.123	188.107
Diversos – nota 9 (b)	38.363.519	31.818.748	29.920.848
Provisão para Outros Créditos	(163.790)	(135.972)	(108.044)
Total	40.912.772	33.622.211	31.715.704
Ativo circulante	26.072.547	20.006.512	18.958.244
Ativo não circulante	14.840.225	13.615.699	12.757.460



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Créditos tributários - Nota 20	14.951.272	13.611.297	12.800.465	14.951.282	13.611.299	12.800.476
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a(iii)	10.152.780	9.508.716	9.153.521	10.152.780	9.508.716	9.153.521
Adiantamentos e antecipações salariais	325.041	128.439	283.640	325.041	128.439	283.640
Pagamentos a ressarcir	486.431	176.031	181.847	483.627	175.447	181.448
Participações pagas antecipadamente	1.125.133	2.768.488	753.802	1.125.133	2.768.488	753.802
Impostos e contribuições a compensar	179.819	47.146	80.115	185.449	47.893	90.882
Cartão de crédito (1)	3.875.476	3.330.794	2.826.301	3.875.476	3.330.794	2.826.301
Prêmio em aquisição de carteiras	415.869	245.256	185.273	415.869	245.256	185.273
Seguros a receber	55.438	119.947	82.826	55.438	119.947	82.826
Créditos adquiridos	98.921	94.549	92.342	98.921	94.549	92.342
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	2.504.875	1.485	2.025.128	2.504.875	1.485	2.012.128
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	442.473	956.363	1.023.227	442.473	956.363	1.023.227
Cessão de créditos	2.632.793	5.077	5.471	2.632.793	5.077	5.471
Valores a apropriar (2)	1.061.073	898.740	459.416	1.061.073	898.903	472.417
Outros devedores (3)	148.216	149.949	145.129	148.216	149.949	145.129
Provisão para perdas - Diversos (4)	(94.927)	(223.857)	(188.035)	(94.927)	(223.857)	(188.035)
Total	38.360.683	31.818.420	29.910.468	38.363.519	31.818.748	29.920.848
Ativo circulante	23.205.660	18.186.804	17.141.977	23.480.292	18.187.132	17.152.357
Ativo não circulante	15.155.023	13.631.616	12.768.491	14.883.227	13.631.616	12.768.491

(1) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito

(2) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).

(3) Montante composto por valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar - ME	15.323	4.624	87.465
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	52.113	12.380	103.252
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(848)	(195)	(789)
Ativo circulante	66.588	16.809	189.928
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar - ME	33.672	6.738	34.511
Obrigações por compras de câmbio - MN	27.149	10.264	156.270
Passivo circulante	60.821	17.002	190.781

(c.1) Resultado de operações de câmbio

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Receitas			
Disponibilidade em moeda estrangeira	104.489	367.005	265.633
Despesas			
Despesas de variações e diferenças de taxas	(99.577)	(352.571)	(250.581)
Resultado de câmbio	4.912	14.434	15.052

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Créditos	6.508.484	3.341.523	2.838.859
Cartão de crédito	3.823.447	3.287.162	2.782.346
Créditos por avais e fianças honrados	34.975	32.142	34.030
Devedores por compra de valores e bens	17.269	17.142	17.011
Direitos a receber de operações de venda/transferências de ativos (1)	2.632.793	5.077	5.472
Provisão (2)	(163.790)	(135.972)	(108.044)
Cartão de crédito	(108.233)	(120.747)	(91.115)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.020)	(10.026)	(11.862)
Devedores por compra de valores e bens	(4.182)	(5.148)	(5.012)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(50.355)	(51)	(55)
Créditos - líquidos de provisão	6.344.694	3.205.551	2.730.815

(1) Créditos adquiridos com cobrança do Banco Cruzeiro do Sul, Banco BMG e Banco BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Bens não de uso próprio (1)	723.451	703.310	728.788
Imóveis patrimoniais não de uso	112.928	108.327	129.926
Imóveis adjudicados/arrematados	610.523	594.983	598.862
Despesas antecipadas (2)	343.136	367.378	446.434
Material de consumo	28.945	39.684	36.259
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis	(107.469)	(122.953)	(128.087)
Total	988.063	987.419	1.083.394

(1) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(2) O montante relativo à “Disp. antecipadas” refere-se, sobretudo, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Investimentos – CAIXA Individual

A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR), subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 27 de junho de 2012, visando os investimentos previstos para o ano de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R\$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia. O aporte possibilitou a CAIXAPAR adquirir 22% de participação no capital social da CPM Braxis Capgemini S.A. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R\$ 200.267 e R\$ 121.403, respectivamente, totalizando R\$ 321.670.

O principal objetivo desta aquisição está pautado na busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA. Com a aprovação desta operação pelo BACEN em 25/06/2012, a CAIXAPAR tomará as providências para apuração dos valores que possibilitarão a alocação do preço de compra da CPM Braxis Capgemini S.A.

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	30/09/2012 (1)	31/12/2011	30/09/2011	2012 (1)		2011
				3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
CAIXAPAR	3.584.813	3.214.258	3.073.970	(14.862)	138.040	184.490
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (2)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.164	990	992	15	88	27
Outros Investimentos (2)	223.820	189.419	87.759	-	-	-
Total	3.812.764	3.407.634	3.165.688	(14.847)	138.128	184.517

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis das investidas.

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Investimentos – CAIXA Consolidado

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa e pelo Banco Panamericano, no qual a CAIXAPAR possui controle conjunto com o Banco BTG Pactual e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias do grupo CAIXA				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco Panamericano	143.307.056	54.802.722	49,00	37,00
CPM BRAXIS	61.423.000	-	24,40	22,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,005	33,32
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (2)	-	-	-	8,32
BIAPE	820.933	8.209	15,44	15,44
Outros investimentos (2)	5.335	-	56,00	56,00

(1) Em dezembro de 2011, foi implementada a reorganização societária do Grupo Caixa Seguros que apresenta a Caixa Seguros Holding S.A. (Holding de Controle) como controladora integral da Caixa Consórcios S.A., da Caixa Saúde S.A., da Caixa Seguradora Assessoria e Consultoria Ltda. e da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP). A Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. (Holding SUSEP) controla integralmente a Caixa Vida & Previdência S.A. e a Caixa Seguradora S.A. Também controla a Caixa Capitalização S.A com 51% do capital social total

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Composição da carteira de participações societárias do grupo CAIXA						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	2012		2011
				3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.759.591	1.403.825	1.297.702	153.902	391.332	324.743
Banco Panamericano	897.594	510.435	545.959	(176.438)	(270.626)	(234.283)
CPM BRAXIS	320.298	-	-	(1.372)	(1.372)	-
Elo Serviços	11.580	18.277	-	(841)	(6.697)	-
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.841	6.858	6.853	38	726	205
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.164	990	992	15	87	182
Outros investimentos	226.036	189.419	87.759	-	-	8.190
Total	3.226.071	2.132.771	1.942.232	(24.696)	113.450	99.037



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participações no Banco Panamericano

Em 1º de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais do referido banco.

Em 9 de novembro de 2010, a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano, com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em 31 de janeiro de 2011, a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avenças.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do BACEN manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco Panamericano, com a entrada do BTG Pactual.

Em 27 de maio de 2011, o BTG Pactual, após a verificação de determinadas condições precedentes, concluiu a aquisição das ações do Banco Panamericano não pertencentes à CAIXAPAR.

(c.1) Alocação do preço de compra pela CAIXAPAR

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco Panamericano de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante amplamente divulgado no mercado.

O laudo identificou um valor de R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco Panamericano em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários, baseado em laudo elaborado por consultores independentes.

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco Panamericano, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis identificados na aquisição			
Descrição	Banco Panamericano	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor total	739.770	162.276	

(1) líquida dos efeitos tributários



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição do Banco Panamericano pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação do ágio – Panamericano				
Realização	Valor alocado	Amortização 2011	Amortização 2012	Valor líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados (1)	3.002	(3.002)	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	162.276	(44.450)	(30.773)	87.053
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864	(9.287)	(6.430)	27.147
Saldo	208.142	(56.739)	(37.203)	114.200

(1) Líquido dos efeitos tributários

(c.2) Capitalização e aquisição de participações – Banco Panamericano

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco Panamericano aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R\$ 658.094. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco Panamericano passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012. O aumento de capital social realizado tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Banco Panamericano deliberada em 1º de junho de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”).

O valor da aquisição da BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, é de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.

(c.3) Saldo do Investimento

Investimento Banco Panamericano			
Descrição	30.09.2012 (1)	31.12.2011	30/09/2011
Patrimônio líquido contábil consolidado do Panamericano	2.533.150	1.227.289	1.230.554
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (37%)	937.265	448.697	449.890
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Panamericano (2)	(153.871)	(89.665)	(67.735)
Investimento	783.394	359.032	382.155

(1) PL do Banco Panamericano nas demonstrações contábeis de 31/08/2012.

(2) Créditos comerciais do Banco Panamericano adquiridos pela CAIXA em um montante acumulado de R\$ 415.869 até 30/09/2012 (31/12/2011 – R\$ 245.255), que geraram uma receita de R\$ 170.614 em 2012. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos registrados na rubrica “Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto” ao investimento no Banco Panamericano, estão assim apresentados:

Investimento Banco Panamericano			
Descrição	30/09/012	31/12/2011	30/09/2011
Investimento	783.394	359.032	382.155
Ágio líquido na alocação do preço de compra	114.200	151.403	163.804
Saldo	897.594	510.435	545.959

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e do sistema de segurança de 10 anos para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 14,00% (31/12/2011 – 16,63% e 30/09/2011 – 14,47%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31/12/2002.

As informações do imobilizado de uso são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Outras imobilizações de uso” que apresenta o montante de R\$ 1.214.029 (31/12/2011 – R\$ 1.079.566 e 30/09/2011 – R\$ 1.088.681) na demonstração consolidada.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis de uso	322.940	(86.092)	236.848	268.091	(59.275)	208.816	186.955
Edificações	269.196	(86.092)	183.104	215.121	(59.275)	155.846	134.952
Terrenos	53.744	-	53.744	52.970	-	52.970	52.003
Reavaliações de imóveis de uso	805.234	(140.895)	664.339	810.437	(123.418)	687.019	693.254
Reavaliações – edificações	589.607	(140.895)	448.712	592.885	(123.418)	469.467	475.702
Reavaliações - terrenos	215.627	-	215.627	217.552	-	217.552	217.552
Outras imobilizações de uso	4.450.097	(3.236.069)	1.214.028	4.028.123	(2.948.557)	1.079.566	1.088.680
Imobilizações em curso	30.486	-	30.486	10.111	-	10.111	5.618
Inst., móveis e equip. de uso	996.150	(552.194)	443.956	856.752	(499.011)	357.741	340.465
Sistema de comunicação	82.906	(65.220)	17.686	81.660	(62.481)	19.179	20.196
Sistema de proc.de dados	3.098.182	(2.412.530)	685.652	2.862.568	(2.206.725)	655.843	676.817
Sistema de transporte e segurança	242.373	(206.125)	36.248	217.032	(180.340)	36.692	45.584
Total	5.578.271	(3.463.056)	2.115.215	5.106.651	(3.131.250)	1.975.401	1.968.889



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2011	Adições 2012	Baixas 2012	Depreciação 2012	30/09/2012	30/09/2011
Imóveis de uso	208.816	55.475	(660)	(26.782)	236.849	186.955
Edificações	155.846	54.602	(562)	(26.782)	183.104	134.952
Terrenos	52.970	873	(98)	-	53.745	52.003
Reavaliações de imóveis de uso	687.019	-	(5.645)	(17.036)	664.338	693.254
Reavaliações - edificações	469.467	-	(3.719)	(17.036)	448.712	475.702
Reavaliações - terrenos	217.552	-	(1.926)	-	215.626	217.552
Outras imobilizações de uso	1.079.566	425.434	(3.466)	(287.506)	1.214.028	1.088.680
Imobilizações em curso	10.111	23.841	(3.466)	-	30.486	5.618
Inst., móveis e equip. de uso	357.741	139.396	-	(53.181)	443.956	340.465
Sistema de comunicação	19.179	1.245	-	(2.738)	17.686	20.196
Sistema de proc.de dados	655.843	235.612	-	(205.803)	685.652	676.817
Sistema de transp./segurança	36.692	25.340	-	(25.784)	36.248	45.584
Total	1.975.401	480.909	(9.771)	(331.324)	2.115.215	1.968.889

Nota 13 – Intangível

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011
	Custo	Amortização o Acumulada	Intangível Líquido	Custo	Amortização o Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.299.059	(711.407)	1.587.652	2.109.217	(478.614)	1.630.603	953.936
Outros ativos intangíveis	324.200	(11.824)	312.376	324.200	(1.089)	323.111	302.167
Projetos logiciais - Software	299.095	(61.428)	237.667	150.562	(32.217)	118.345	105.246
Total	2.922.354	(784.659)	2.137.695	2.583.979	(511.920)	2.072.059	1.361.349

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2011	30/09/2012					30/09/2011
	Intangível líquido	Movimentação					Intangível líquido
		Adições	Baixas	Valor recuperável de ativos	Amortizações	Intangível líquido	
Aquisição de folha de pagamento	1.630.603	313.672	(70.426)	-	(286.197)	1.587.652	953.936
Outros ativos intangíveis	323.111	-	-	-	(10.735)	312.376	302.167
Projetos logiciais - Software	118.345	148.532	-	-	(29.210)	237.667	105.246
Total	2.072.059	462.204	(70.426)	-	(326.142)	2.137.695	1.361.349

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores a edição dessa resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. O valor apresentado na Nota 25, item "depreciação e amortização" está acrescido de R\$ 18.299 (R\$ 43.880 – acumulado setembro de 2011) relativo à amortização de ativos diferidos no período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Depósitos à vista – sem remuneração	22.660.127	22.943.005	20.989.054	22.660.127	22.943.003	20.989.048
Pessoas físicas	9.493.902	9.054.422	8.038.883	9.493.902	9.054.422	8.038.883
Pessoas jurídicas	10.936.619	11.197.725	10.606.204	10.936.619	11.197.723	10.606.198
Vinculados	1.178.882	978.871	1.024.620	1.178.882	978.871	1.024.620
Governo	726.165	1.344.704	989.719	726.165	1.344.704	989.719
Moedas estrangeiras	8.662	1.642	7.418	8.662	1.642	7.418
Instituições do sistema financeiro	26.780	28.038	19.416	26.780	28.038	19.416
Entidades públicas	234.096	287.650	265.349	234.096	287.650	265.349
Outros	55.021	49.953	37.445	55.021	49.953	37.445
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	169.726.972	150.362.663	144.401.586	169.726.972	150.362.663	144.401.586
Pessoas físicas	166.514.668	148.003.373	141.945.817	166.514.668	148.003.373	141.945.817
Pessoas jurídicas	3.209.448	2.356.350	2.452.834	3.209.448	2.356.350	2.452.834
Vinculados	2.856	2.940	2.935	2.856	2.940	2.935
Depósitos interfinanceiros	8.364.550	5.103.608	10.137.532	8.364.550	5.103.608	10.137.532
Depósitos a prazo	91.947.187	68.182.778	69.219.994	91.943.497	68.164.843	69.202.524
Remuneração prefixada	34.112.512	13.551.644	9.237.079	34.108.822	13.533.709	9.219.609
Depósitos a prazo em moeda nacional	34.112.512	13.551.644	9.237.079	34.108.822	13.533.709	9.219.609
Remuneração pós-fixada	57.834.675	54.631.134	59.982.915	57.834.675	54.631.134	59.982.915
Depósitos a prazo em moeda nacional	20.621.020	25.663.864	31.349.504	20.621.020	25.663.864	31.349.504
Depósitos judiciais com remuneração	37.213.655	28.967.270	28.633.411	37.213.655	28.967.270	28.633.411
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.582.379	13.254.921	11.888.808	10.582.379	13.254.921	11.888.808
Sem remuneração	207.871	179.280	168.860	207.871	179.280	168.860
Remuneração prefixada	395.658	358.379	372.523	395.658	358.379	372.523
Remuneração pós-fixada	9.978.850	12.717.262	11.347.425	9.978.850	12.717.262	11.347.425
Outras captações – sem remuneração	-	-	76.211	-	-	76.211
Total	303.281.215	259.846.975	256.713.185	303.277.525	259.829.038	256.695.709
Passivo circulante	270.468.611	248.023.653	248.089.038	270.464.921	248.005.716	248.071.562
Passivo não circulante	32.812.604	11.823.322	8.624.147	32.812.604	11.823.322	8.624.147



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL						CAIXA CONSOLIDADO				
	Sem vencimento	Prazo exigibilidade (2012)					31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
		01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	30/09/2012					
Depósitos à Vista	22.660.127	-	-	-	-	22.660.127	22.943.005	20.989.054	22.660.127	22.943.003	20.989.048
Depósitos de Poupança	169.726.972	-	-	-	-	169.726.972	150.362.663	144.401.586	169.726.972	150.362.663	144.401.586
Depósitos Interfinanceiros	-	8.234.392	98.423	20.444	11.291	8.364.550	5.103.608	10.137.532	8.364.550	5.103.608	10.137.532
Depósitos a prazo	51.018.905	1.832.924	6.314.489	20.547.128	12.233.741	91.947.187	68.182.778	69.219.994	91.943.497	68.164.843	69.202.524
Depósitos Judiciais	37.213.655	-	-	-	-	37.213.655	28.967.269	28.633.411	37.213.655	28.967.270	28.633.411
Aplicações	13.805.250	1.832.924	6.314.489	20.547.128	12.233.741	54.733.532	39.215.509	40.586.583	54.729.842	39.197.573	40.569.113
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.582.379	-	-	-	-	10.582.379	13.254.921	11.888.808	10.582.379	13.254.921	11.888.808
Outras depósitos	-	-	-	-	-	-	-	76.211	-	-	76.211
Total	253.988.383	10.067.316	6.412.912	20.567.572	12.245.032	303.281.215	259.846.975	256.713.185	303.277.525	259.829.038	256.695.709



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Depósitos de Poupança	(2.378.144)	(7.224.937)	(7.138.896)	(2.378.144)	(7.224.937)	(7.138.896)
Depósitos Interfinanceiros	(178.980)	(462.286)	(424.770)	(178.980)	(462.286)	(424.770)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(967.087)	(2.911.302)	(3.006.260)	(967.004)	(2.910.281)	(3.005.114)
Depósitos judiciais	(396.030)	(1.170.177)	(1.121.355)	(396.030)	(1.170.177)	(1.121.355)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(177.015)	(620.056)	(722.504)	(177.015)	(620.055)	(722.504)
Outras captações	(98.105)	(275.204)	(226.541)	(98.105)	(275.205)	(226.541)
Total	(4.195.361)	(12.663.962)	(12.640.326)	(4.195.278)	(12.662.941)	(12.639.180)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Depósitos - FGTS	4.675.830	6.994.769	5.804.252
Depósitos - Especiais com remuneração	1.494.916	1.357.053	1.360.220
Depósitos - FAT (d.2)	2.142.309	2.663.815	2.769.514
Depósitos - FISANE	7.821	7.465	7.340
Depósitos - PRODEC	46.300	44.429	43.612
Depósitos - PIS	38.499	195.571	9.563
Depósitos - FGS	75.641	71.158	54.232
Depósitos - FAR	192.153	324.035	79.307
Depósitos - FDS	444.790	516.474	531.722
Depósitos - Pró-frota pesqueira	58.667	56.167	54.708
Depósitos - FAS	3.565	4.857	3.252
Depósitos - PREVHAB	478.089	451.336	440.598
Saúde CAIXA	207.871	179.279	168.860
Outros	715.928	388.513	561.628
Total	10.582.379	13.254.921	11.888.808
Passivo circulante	10.582.379	13.254.921	11.888.808
Passivo não circulante	-	-	-



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2012		2011
		3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(78.127)	(297.152)	(340.773)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(31.564)	(107.941)	(131.843)
Depósitos - FISANE	TR	(115)	(356)	(382)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(731)	(2.261)	(2.456)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(11.921)	(36.775)	(48.605)
Depósitos - FIEL	TR PRE + Juros 0,50% a.m.	-	-	(205)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(2.034)	(5.694)	(1.900)
Depósitos - FAR	Selic	(6.733)	(24.870)	(21.224)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(8.998)	(33.171)	(47.022)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(4.649)	(15.203)	(15.346)
Depósitos - FAS	TR	(1)	(8)	(32)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(9.848)	(32.653)	(39.113)
Depósitos - Caução	TR	(512)	(2.194)	(4.532)
Depósitos - FCA	Extra mercado	(6.956)	(17.524)	(15.723)
Outros		(14.826)	(44.254)	(53.348)
Total		(177.015)	(620.056)	(722.504)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					303.049	1.753.608	2.056.657	161.040	2.347.754	2.508.794	124.996	2.484.346	2.609.342
Proger urbano					231.277	1.177.910	1.409.187	88.295	1.667.197	1.755.492	57.855	1.780.906	1.838.761
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	231.252	1.171.982	1.403.234	80.198	1.660.858	1.741.056	57.130	1.766.406	1.823.536
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	7.558	18	7.576	20	7.988	8.008
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	33	33	-	38	38	-	40	40
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	25	5.895	5.920	539	6.283	6.822	705	6.472	7.177
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.141	22.261	23.402	2.077	34.531	36.608	1.747	39.585	41.332
FAT infraestrutura				-	68.543	544.807	613.350	69.499	632.653	702.152	64.564	649.448	714.012
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	68.543	544.807	613.350	69.499	632.653	702.152	64.564	649.448	714.012
FAT – PNMP				-	2.088	8.630	10.718	1.169	13.373	14.542	830	14.407	15.237
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	2.088	8.630	10.718	1.169	13.373	14.542	830	14.407	15.237
Linhas de crédito especiais					7.088	78.564	85.652	8.819	146.202	155.021	8.763	151.409	160.172
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	338	74.177	74.515	1	121.791	121.792	-	120.016	120.016
FAT - giro setorial				-	6.750	4.387	11.137	8.818	24.411	33.229	8.763	31.393	40.156
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	4.155	2.680	6.835	5.707	15.323	21.030	5.651	19.867	25.518
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	2.595	1.707	4.302	3.111	9.088	12.199	3.112	11.526	14.638
Total					310.137	1.832.172	2.142.309	169.859	2.493.956	2.663.815	133.759	2.635.755	2.769.514



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Carteira Própria (1)	53.983.938	36.825.873	30.949.969	53.783.679	35.942.540	30.057.057
Letras Financeiras do Tesouro	5.485.613	5.708.783	5.999.423	5.485.613	5.708.783	5.999.423
Letras do Tesouro Nacional	28.086.336	15.770.764	4.358.129	28.086.336	15.770.764	4.358.129
Notas do Tesouro Nacional	20.392.956	15.346.326	20.495.915	20.192.697	14.462.993	19.603.003
Debêntures	19.033	-	96.502	19.033	-	96.502
Carteira de Terceiros	55.114.093	19.215.316	41.924.904	55.114.093	19.215.316	41.924.904
Letras Financeiras do Tesouro	400.525	19.215.316	36.007.920	400.525	19.215.316	36.007.920
Letras do Tesouro Nacional	15.110.066	-	-	15.110.066	-	-
Notas do Tesouro Nacional	39.603.502	-	5.916.984	39.603.502	-	5.916.984
Carteira de Livre Movimentação	-	250.102	-	-	250.102	-
Letras do Tesouro Nacional	-	250.102	-	-	250.102	-
Total	109.098.031	56.291.291	72.874.873	108.897.772	55.407.958	71.981.961
Passivo circulante	107.333.825	54.066.190	72.874.873	107.133.566	53.182.857	71.981.961
Passivo não circulante	1.764.206	2.225.101	-	1.764.206	2.225.101	-

(1) Valores calculados considerando o “PU de Garantia” do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Carteira própria	(979.775)	(2.695.220)	(2.254.146)	(975.592)	(2.670.452)	(2.176.331)
Carteira de terceiros	(1.020.126)	(3.180.908)	(3.217.337)	(1.020.126)	(3.180.908)	(3.217.337)
Carteira de livre movimentação	-	(103)	-	-	(103)	-
Total	(1.999.901)	(5.876.231)	(5.471.483)	(1.995.718)	(5.851.463)	(5.393.668)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

a) Recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	550.170	550.170	527.589	509.120
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	11.509	11.509	11.361	10.909
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	19.913	19.913	26.386	28.251
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.179	8.179	16.177	16.018
Letra Imobiliária	INPC	-	-	-	-	-	37.264	36.750
Letra Imobiliária	CDI	3.448.942	3.167.718	4.900.994	11.438.566	22.956.220	15.257.819	14.516.829
Letra Imobiliária	TR	-	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira	CDI	267.866	11.703	1.493.860	14.371.842	16.145.271	5.200.948	3.306.646
Total		3.716.808	3.179.421	6.394.854	26.400.179	39.691.262	21.077.544	18.424.523
Passivo circulante						13.291.083	12.966.352	11.605.667
Passivo não circulante						26.400.179	8.111.192	6.818.856



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Letras Imobiliárias	(358.497)	(1.034.742)	(859.382)
Letras Hipotecárias	(34.473)	(79.101)	(63.238)
Letras Financeiras	(263.234)	(572.789)	(194.935)
Total	(656.204)	(1.686.632)	(1.117.555)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses do País – instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Repasses no país	112.036.022	91.615.724	81.141.226
FGTS	97.550.335	80.599.183	73.092.059
BNDES	13.614.772	10.272.737	7.144.731
Tesouro Nacional – PIS	720.762	567.622	727.115
Outras instituições	150.153	176.182	177.321
Empréstimos no exterior	7.778	4.601	141.801
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	5.282	-	137.286
Demais linhas de crédito	2.496	4.601	4.515
Total de obrigações por empréstimos e repasses	112.043.800	91.620.325	81.283.027
Passivo circulante	2.546.632	810.500	1.152.175
Passivo não circulante	109.497.168	90.809.825	80.130.852

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior, em 30 de setembro de 2011, é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras liquidadas em outubro de 2011.

Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar estadunidense, com vencimentos até 2013.

O grupo Obrigações por empréstimos e repasses do País possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Empréstimos no País – Outras instituições” que apresenta o montante de R\$ 45 na demonstração consolidada no período acumulado de setembro de 2012.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas com obrigações por empréstimos e repasses do País - Instituições oficiais

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
FGTS	(1.504.508)	(4.478.570)	(3.904.895)
BNDES	(170.445)	(515.807)	(273.888)
Tesouro Nacional - PIS	(6.220)	(25.534)	(32.074)
Empréstimos no exterior	(235)	(864)	(30.770)
Outras instituições	(8.688)	(28.550)	(34.942)
Total	(1.690.096)	(5.049.325)	(4.276.569)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	758.862	207.391	660.063
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	60.821	17.002	190.781
Sociais e estatutárias	1.764.690	3.142.448	1.169.006
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.527.327	1.450.221	1.395.408
Negociação e intermediação de valores	45.647	6.956	43.638
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	6.773.906	6.389.023	5.181.717
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.016.184	8.550.802	8.406.502
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	27.889.010	13.884.459	13.663.181
Diversas (Nota 18 (f))	34.036.010	27.560.003	27.558.231
Total	84.872.457	61.208.305	58.268.527
Passivo circulante	44.787.778	38.585.257	36.008.596
Passivo não circulante	40.084.679	22.623.048	22.259.931

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	758.862	207.391	660.063
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	60.821	17.002	190.781
Sociais e estatutárias	1.764.690	3.142.448	1.169.006
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.627.735	1.534.012	1.476.391
Negociação e intermediação de valores	45.647	6.956	43.638
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	6.773.906	6.389.023	5.181.717
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.016.184	8.550.802	8.406.502
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	27.889.010	13.884.459	13.663.181
Diversas (Nota 18 (f))	34.036.210	27.560.027	27.558.652
Total	84.973.065	61.292.120	58.349.931
Passivo circulante	44.888.386	38.669.072	36.090.000
Passivo não circulante	40.084.679	22.623.048	22.259.931



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Tributos sobre salários a recolher	291.263	274.903	243.432
Tributos sobre serviços a recolher	146.461	149.783	154.121
Tributos sobre lucros a recolher	117.559	246.040	216.140
Imposto de renda	(1)	74.309	62.616
Contribuição social	-	34.981	27.343
COFINS	101.193	117.767	108.620
PASEP	16.367	18.983	17.561
Tributos diferidos	732.952	511.253	533.287
Reavaliação - edificações	179.485	187.787	190.248
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	491.715	275.562	292.971
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	-	-	-
Contratos futuros	-	-	5.166
Outros	61.752	47.904	44.902
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	239.092	268.242	248.428
Total	1.527.327	1.450.221	1.395.408
Passivo circulante	1.347.842	1.262.434	1.205.160
Passivo não circulante	179.485	187.787	190.248

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Tributos sobre salários a recolher	291.263	274.903	243.432
Tributos sobre serviços a recolher	146.461	149.840	154.121
Tributos sobre lucros a recolher	117.564	258.733	280.737
Imposto de renda	(1)	74.762	117.920
Contribuição social	5	40.677	36.568
COFINS	101.193	123.144	108.683
PASEP	16.367	20.150	17.566
Tributos diferidos	833.355	582.294	549.673
Reavaliação - edificações	179.485	187.787	190.248
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	491.715	291.947	309.356
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	100.403	54.656	-
Contratos futuros	-	-	5.166
Outros	61.752	47.904	44.903
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	239.092	268.242	248.428
Total	1.627.735	1.534.012	1.476.391
Passivo circulante	1.448.250	1.346.225	1.286.143
Passivo não circulante	179.485	187.787	190.248



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Fundos e programas sociais	5.796.095	4.718.055	3.989.914
FGTS	2.982.651	2.622.868	2.284.617
Minha Casa Minha Vida	2.090.689	1.457.089	1.185.288
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	318.131	335.825	319.582
Programas de transferência de renda	181.364	203.440	114.924
Outros fundos e programas	223.260	98.833	85.503
Fundos financeiros e de desenvolvimento	382.358	945.469	636.409
PIS	380.954	546.533	447.258
FAT	-	397.537	187.755
FINSOCIAL	1.404	1.399	1.396
Operações com loterias	595.453	725.499	555.394
Total	6.773.906	6.389.023	5.181.717

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida será a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,3% ao ano.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837%, correspondente à taxa efetiva de 5,996% ao ano.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, correspondente à taxa efetiva de 5,082% ao ano.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 12.016.184 (31/12/2011 – R\$ 8.550.802 e 30/09/2011 – R\$ 8.406.502).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao nível II de capital.

A dívida não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos créditos:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	1.826.148	1.484.328	1.478.961
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.855.152	1.200.132	984.221
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	-	-
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	7.713	-	-
Total	27.889.010	13.884.459	13.663.181



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Diversas

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.215.651	9.203.504	9.430.829
Credores diversos - País (Nota f.2)	8.798.671	7.433.144	6.525.450
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.862.975	2.812.886	2.833.091
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.484.400	3.582.717	3.729.424
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	42.939	41.671	180.150
Financiamentos imobiliários a liberar	4.452.875	3.619.426	3.362.845
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	371.019	237.189	240.326
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.510.060	-	-
Obrigações por convênios	451.253	415.460	334.766
Obrigações por contribuições ao SFH	28.020	26.664	115.648
Recursos do FGTS para amortizações	194.320	123.859	125.850
Valores a pagar a sociedades ligadas	618.574	59.760	679.762
Credores diversos Exterior	5.253	3.723	90
Total	34.036.010	27.560.003	27.558.231
Passivo circulante	34.036.010	27.560.003	27.558.231

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	10.215.851	9.203.528	9.431.251
Credores diversos - País (Nota f.2)	8.798.671	7.433.144	6.525.450
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.862.975	2.812.886	2.833.091
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.484.400	3.582.717	3.729.424
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	42.939	41.671	180.150
Financiamentos imobiliários a liberar	4.452.875	3.619.426	3.362.845
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	371.019	237.189	240.326
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.510.060	-	-
Obrigações por convênios	451.253	415.460	334.766
Obrigações por contribuições ao SFH	28.020	26.664	115.648
Recursos do FGTS para amortizações	194.320	123.859	125.850
Valores a pagar a sociedades ligadas	618.574	59.760	679.762
Credores diversos Exterior	5.253	3.723	89
Total	34.036.210	27.560.027	27.558.652
Passivo circulante	34.036.210	27.560.027	27.558.652

1) Recursos vinculados a operações de crédito: referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Despesas de pessoal	2.168.906	1.599.948	2.005.734
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32 (a))	6.524.613	6.328.531	6.209.560
SAÚDE CAIXA	5.883.397	5.677.807	5.553.716
Auxílio e cesta alimentação	597.740	607.075	611.962
PREVHAB	43.476	43.649	43.882
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.034.309	835.880	769.247
Outros pagamentos	487.823	439.145	446.288
Total	10.215.651	9.203.504	9.430.829

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Despesas de pessoal	2.169.106	1.599.972	2.006.156
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota 32)	6.524.613	6.328.531	6.209.560
Saúde CAIXA	5.883.397	5.677.807	5.553.716
Auxílio e cesta alimentação	597.740	607.075	611.962
PREVHAB	43.476	43.649	43.882
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.034.309	835.880	769.247
Outros pagamentos	487.823	439.145	446.288
Total	10.215.851	9.203.528	9.431.251

(f.2) Credores diversos – País

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Cartões de crédito	3.789.216	3.253.801	2.705.722
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	257.881	256.408	520.408
Fornecedores	699.135	631.395	478.601
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	516.575	744.989	516.167
Crédito comercial - repasses	405.342	249.648	187.364
Crédito imobiliário -repasses	676.147	606.034	427.419
Obrigações com a União - repasses	34.563	32.509	31.808
Outros credores – poupança simplificada	499.952	499.983	499.996
Contas a pagar	87.663	56.842	64.823
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	33.510	28.135	27.228
Valores a restituir – penhor	138.623	127.283	121.750
Valores a apropriar (2)	979.967	787.866	777.785
Outros credores diversos	680.097	158.251	166.379
Total	8.798.671	7.433.144	6.525.450

(1) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA): referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 6.473 da Presidência da República, de 5 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Aumento do Capital Social	
Descrição	Capital Social
Saldo em 31/12/2011	15.154.802
Aumento com ações PETROBRAS ON - Decreto de 29/08/2012 (1)	1.500.000
Saldo em 30/09/2012	16.654.802

(1) Em 30 de agosto o Tesouro Nacional transferiu 68.274.920 ações PETROBRÁS ON para a posição da CAIXA.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,62% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Reservas de Reavaliação	453.130	464.595	468.108
Reservas de Lucros	4.459.454	4.079.781	1.944.114
Reserva legal	1.508.342	1.366.024	1.220.613
Reserva estatutária - loterias	644.551	407.196	723.501
Reservas margem operacional	2.306.561	2.306.561	-

(d) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado semestral.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contrib. social s/ o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;

- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;

- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15% e;

- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.417.211 (31/12/2011 – R\$ 1.338.779 e 30/09/2011 – R\$ 1.717.324) na demonstração consolidada.

Créditos Tributários							
Descrição	30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	5.399.336	3.100.486	8.499.822	4.521.981	2.578.219	7.100.200	6.439.582
Provisão SFH	757.225	454.335	1.211.560	739.125	443.475	1.182.600	1.184.466
Provisão p/ causas judiciais	1.655.807	993.484	2.649.291	1.674.887	1.004.932	2.679.819	2.794.086
Outros	927.493	489.708	1.417.201	898.907	439.891	1.338.798	1.717.313
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.470.849	882.510	2.353.359	1.419.452	851.671	2.271.123	2.221.486
Ajuste valor. de mercado – resultado	191.928	115.157	307.085	168.367	101.020	269.387	146.396
Ajuste valor. de mercado - PL (disponível p/ venda)	59.766	35.860	95.626	131.921	79.153	211.074	210.157
Subtotal das diferenças temporárias	10.462.404	6.071.540	16.533.944	9.554.640	5.498.361	15.053.001	14.713.486
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570
Baixas até o período	(986.074)	-	(986.074)	(862.070)	-	(862.070)	(824.284)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(453.579)	(453.579)	-	(378.821)	(378.821)	(356.192)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(317.505)	(317.505)	-	(265.175)	(265.175)	(249.335)
Total	12.449.900	6.626.110	19.076.010	11.666.140	6.180.019	17.846.159	17.582.899

Créditos Tributários							
Descrição	30/09/2012			31/12/2011			30/09/2011
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	Total
Ajuste valor. mercado – resultado	3.419	21.042	24.461	2.345	14.426	16.771	23.804
Ajuste valor mercado - PL (disponível p/ venda)	1.630	10.029	11.659	3.597	22.137	25.734	25.623
Total	5.049	31.071	36.120	5.942	36.563	42.505	49.427



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. A realização de créditos tributários no 1º semestre de 2012 representou um montante de 133% em relação ao projetado em 2011.

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2º SEM 2012	20.104	12.062	8.444	3.198.310	3.238.920
2013	66.751	40.050	28.035	3.914.274	4.049.110
2014	77.829	46.698	32.688	3.118.653	3.275.868
2015	91.586	54.951	38.466	394.095	579.098
2016	106.106	63.664	44.565	396.166	610.501
2017	119.248	29.937	50.084	396.594	595.863
2018 A 2022	930.780	-	104.589	1.407.665	2.443.034
TOTAL	1.412.404	247.362	306.871	12.825.757	14.792.394

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2º SEM 2012	19.893	11.936	8.355	3.164.669	3.204.853
2013	62.076	37.245	26.072	3.640.135	3.765.528
2014	67.897	40.738	28.517	2.720.671	2.857.823
2015	74.811	44.887	31.421	321.913	473.032
2016	81.153	48.692	34.084	303.000	466.929
2017	85.318	21.419	35.833	283.749	426.319
2018 A 2022	581.932	-	72.615	924.457	1.579.004
TOTAL	973.080	204.917	236.897	11.358.594	12.773.488

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 1.712.907 na demonstração consolidada

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2011	17.888.664	(4.277.367)	13.611.297
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	1.712.899	-	1.712.899
Reversão de Provisão	(116.509)	116.509	-
Constituição PASEP/COFINS	7.691	-	7.691
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	(129.524)	-	(129.524)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(124.003)	-	(124.003)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(74.758)	-	(74.758)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(52.330)	-	(52.330)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	19.112.130	(4.160.858)	14.951.272



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2012				2011	
	3º Trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	7.653	1.196	(268.163)	(119.425)	(197.458)	(87.271)
Valores Diferidos	319.837	194.842	847.116	422.028	773.761	459.846
Passivo Fiscal Diferido	50.212	30.127	(120.415)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	50.212	30.127	(120.415)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
Ativo Fiscal Diferido	269.625	164.715	967.531	494.277	931.750	554.639
- Diferenças Temporárias	268.511	164.378	980.978	621.365	1.081.024	648.614
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	1.114	197	(13.447)	(74.758)	(149.274)	(55.279)
- CSLL a 18%	-	140	-	(52.330)	-	(38.696)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	327.490	196.038	578.953	302.603	576.303	372.575

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2012				2011	
	3º Trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.181.323	1.181.323	3.963.069	3.963.069	3.076.604	3.076.604
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(295.324)	(177.198)	(990.749)	(594.460)	(769.133)	(461.491)
Efeitos tributários adições e exclusões	147.688	87.042	214.692	127.630	186.297	112.104
Juros sobre o capital próprio	62.698	37.618	200.714	120.428	160.203	96.122
Participação dos empregados nos lucros	88.660	53.196	162.017	97.210	115.000	69.000
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	(1.115)	(336)	124.003	127.088	92.295	93.975
Incentivo fiscal	3.590	-	16.695	-	12.848	-
Reserva de reavaliação	1.456	874	4.465	2.679	5.032	3.019
Despesa corrente	7.653	1.196	(268.163)	(119.425)	(197.458)	(87.271)
Despesa diferida/marcação a mercado	50.212	30.127	(120.415)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	269.625	164.715	967.531	494.277	931.750	554.639
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	327.490	196.038	578.953	302.603	576.303	372.575



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	2012				2011	
	3º Trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Valores Correntes	7.139	1.010	(271.427)	(120.605)	(223.030)	(96.482)
Valores Diferidos	319.840	194.843	847.123	422.030	771.006	462.604
Passivo Fiscal Diferido	50.212	30.127	(120.414)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
- Decorrentes de Marcação a Mercado	50.212	30.127	(120.414)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
Ativo Fiscal Diferido	269.628	164.716	967.537	494.279	928.995	557.397
- Diferenças Temporárias	268.514	164.379	980.984	621.367	1.078.269	651.372
- Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	1.114	198	(13.447)	(74.758)	(149.274)	(55.279)
- CSLL a 18%	-	139	-	(52.330)	-	(38.696)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	326.979	195.853	575.696	301.425	547.976	366.122

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	2012				2011	
	3º Trimestre		Acumulado setembro		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.182.019	1.182.019	3.967.504	3.967.504	3.111.383	3.111.383
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(295.499)	(177.303)	(991.858)	(595.126)	(777.828)	(466.707)
Efeitos tributários adições e exclusões	(312.208)	(188.928)	(245.205)	(148.338)	140.717	84.758
Juros sobre o capital próprio	62.698	37.619	200.714	120.428	160.203	96.122
Participação dos empregados nos lucros	88.661	53.196	162.017	97.210	115.000	69.000
Ativo fiscal diferido - IRPJ e CSLL	5.350	6.258	130.468	133.681	92.295	93.975
Incentivo fiscal	3.951	-	17.057	-	12.848	-
Reserva de reavaliação	1.456	874	4.465	2.679	5.032	3.019
Part. em coligadas e controladas	10.694	6.417	68.808	41.285	47.953	28.772
Outros	442.036	262.877	382.107	227.576	(19.250)	(5.421)
Despesa corrente	7.139	1.010	(271.427)	(120.605)	(223.030)	(96.482)
Despesa diferida/marcação a mercado	50.212	30.127	(120.414)	(72.249)	(157.989)	(94.793)
Ativo fiscal diferido – IRPJ e CSLL	269.628	164.716	967.537	494.279	928.995	557.397
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	326.979	195.853	575.696	301.425	547.976	366.122



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Resultado de operação de crédito	8.652.586	25.190.200	20.184.291
Operações compromissadas	1.690.200	4.555.284	4.290.305
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.242.611	4.813.034	4.291.194
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.525	339.414	(79.561)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.368.842	4.452.285	5.696.493
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(108.009)	(1.012.030)	(660.080)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.071.349	3.388.003	3.604.608
Créditos vinculados ao SFH	275.712	981.390	1.533.343
Resultado com câmbio	4.912	14.434	15.052
Outras	105.366	248.185	33.972
Total	14.417.094	42.970.199	38.909.617

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Operações com clientes	(4.495.570)	(13.268.252)	(12.610.607)
Operações com instituições financeiras	(178.980)	(462.286)	(424.770)
Operações compromissadas	(1.999.901)	(5.876.231)	(5.471.483)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.690.096)	(5.049.325)	(4.276.569)
Depósitos especiais e fundos e programas	(177.015)	(620.056)	(722.504)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.145.689)	(7.657.109)	(5.195.217)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	201.468	2.077.892	347.918
Outras	(14.203)	(14.203)	-
Total	(10.499.986)	(30.869.570)	(28.353.232)

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Operações com clientes	(4.495.487)	(13.267.232)	(12.609.461)
Operações com instituições financeiras	(178.980)	(462.286)	(424.770)
Operações compromissadas	(1.995.718)	(5.851.462)	(5.393.668)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.690.096)	(5.049.325)	(4.276.569)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(177.015)	(620.056)	(722.504)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.145.689)	(7.657.109)	(5.195.217)
Reversões de prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	201.468	2.077.892	347.918
Outras	(14.203)	(14.203)	-
Total	(10.495.720)	(30.843.781)	(28.274.271)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Administração do FGTS	800.738	2.344.415	2.402.643
Administração do FCVS	23.141	69.181	57.854
Administração do PIS	22.117	39.330	38.005
Administração das loterias	260.715	765.344	666.203
Administração do FIES	40.676	114.778	82.860
Administração do FAR	50.120	51.999	50.320
Seguro-Desemprego	15.018	44.793	42.955
Orçamento Geral da União (OGU)	17.195	51.915	53.940
Bolsa Família	69.690	205.618	202.559
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.491	42.884	43.602
Administração de fundos de investimento	278.705	764.191	668.832
Tarifas de convênios (1)	526.175	1.526.684	956.533
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	30.642	103.739	84.771
TAC	97.258	255.177	286.425
Cartão de crédito	208.269	637.932	571.289
Cobrança de títulos	132.460	392.086	362.497
EMGEA – Administração de Contratos	52.137	154.032	167.682
Taxa de risco – Agente financeiro	100.810	308.533	220.305
CCFGTS	47.240	143.787	165.178
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	4.174	11.479	110.430
CONSTRUCARD CAIXA	10.976	27.543	61.802
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	93.219	265.058	423.080
Rendas de serviços prestados a ligadas	122.329	398.769	332.774
Outros serviços (1)	36.948	105.007	222.268
SubTotal – receita de prestação de serviços	3.055.243	8.824.274	8.274.807

Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
SubTotal – rendas de tarifas bancárias	588.962	1.669.199	1.034.735
Pessoa Física	523.339	1.517.222	905.107
Pessoa Jurídica	65.623	151.977	129.628
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	3.644.205	10.493.473	9.309.542

(1) Houve reclassificação de contas na composição dos itens desta nota explicativa, visando sua melhor apresentação, em relação ao que foi divulgado no ano de 2011, o que determinou ajuste de valores, substancialmente nos itens “Tarifas de convênios” e “Outros serviços”.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Proventos	(2.050.742)	(6.080.216)	(5.394.851)	(2.051.180)	(6.081.205)	(5.395.315)
Salários e proventos	(1.952.848)	(5.711.486)	(4.983.803)	(1.953.286)	(5.712.475)	(4.984.267)
Indenizações trabalhistas	(97.894)	(368.730)	(411.048)	(97.894)	(368.730)	(411.048)
Benefícios	(303.102)	(895.483)	(963.964)	(303.102)	(895.483)	(963.964)
Encargos sociais:	(799.906)	(2.317.249)	(1.979.964)	(800.023)	(2.317.532)	(1.980.110)
FGTS	(150.404)	(437.201)	(376.712)	(150.428)	(437.255)	(376.745)
Previdência social	(468.138)	(1.346.143)	(1.164.893)	(468.211)	(1.346.312)	(1.164.995)
Prev. complementar	(136.375)	(403.925)	(327.510)	(136.388)	(403.966)	(327.521)
Outros encargos	(44.989)	(129.980)	(110.849)	(44.996)	(129.999)	(110.849)
Outros	(50.235)	(129.033)	(119.329)	(50.310)	(129.145)	(119.665)
Total	(3.203.985)	(9.421.981)	(8.458.108)	(3.204.615)	(9.423.365)	(8.459.054)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Comunicações	(143.958)	(465.525)	(413.125)	(143.958)	(465.525)	(413.125)
Manutenção e conservação de bens	(250.264)	(663.337)	(592.461)	(250.264)	(663.337)	(592.461)
Água e energia	(64.576)	(208.419)	(184.101)	(64.576)	(208.419)	(184.101)
Aluguéis e arrendamento de bens	(224.396)	(666.589)	(535.274)	(224.396)	(666.589)	(535.274)
Despesas de material	(56.794)	(173.797)	(196.274)	(56.794)	(173.797)	(196.283)
Processamento de dados	(232.886)	(703.538)	(680.855)	(232.886)	(703.538)	(680.855)
Promoções e relações públicas	(52.773)	(123.309)	(119.863)	(52.773)	(123.309)	(119.863)
Propaganda e publicidade	(108.814)	(301.226)	(252.078)	(108.814)	(301.226)	(252.078)
Serviços do sistema financeiro	(81.375)	(234.043)	(203.070)	(81.375)	(234.043)	(203.326)
Serviços de terceiros	(294.484)	(824.359)	(611.157)	(294.484)	(824.359)	(611.157)
Serviços especializados	(134.069)	(356.183)	(321.136)	(134.428)	(360.186)	(323.770)
Serviços de vigilância e segurança	(176.838)	(522.066)	(430.021)	(176.838)	(522.066)	(430.021)
Depreciação e amortização	(255.835)	(675.765)	(585.194)	(255.835)	(675.765)	(585.194)
Outras administrativas	(89.114)	(225.224)	(199.092)	(89.269)	(225.596)	(199.175)
Total	(2.166.176)	(6.143.380)	(5.323.701)	(2.166.690)	(6.147.755)	(5.326.683)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		
	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações	1.100.340	2.740.009	2.808.199
Recuperação de despesas	243.368	684.738	638.445
Reversão de outras provisões operacionais	327.613	1.066.359	881.600
Receitas de cartões de crédito	36.352	112.461	106.440
Receitas de dividendos	81	1.379	349
Atualização de depósitos em garantia	123.450	414.539	482.791
Atualização monet. s/ valores a receber da União	1.003	6.793	142.639
Outras receitas operacionais	52.836	481.202	248.858
Total	1.885.043	5.507.480	5.309.321

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações	1.100.340	2.740.009	2.808.199
Recuperação de despesas	242.246	681.094	634.937
Reversão de outras provisões operacionais	327.613	1.066.359	881.600
Receitas de cartões de crédito	36.352	112.461	106.440
Receitas de dividendos	8.634	17.550	64.980
Atualização de depósitos em garantia	123.450	414.539	482.791
Atualização monet. s/ valores a receber da União	1.003	6.793	142.639
Outras receitas operacionais	52.837	478.152	238.108
Total	1.892.475	5.516.957	5.359.694



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

O grupo outras despesas operacionais possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Outras” que apresenta o montante de R\$ 622.308 na demonstração consolidada no período acumulado de setembro de 2012 (acumulado setembro 2011 – R\$ 419.805).

Outras despesas operacionais			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Contribuição ao SFH	(245)	(755)	(382.373)
FCVS a receber - provisão/perdas	(142.797)	(248.334)	(386.805)
Obrigações com fundos e programas	(41.477)	(145.178)	(186.983)
Provisão para causas judiciais	(15.279)	(368.791)	(518.265)
EMGEA/UNIÃO	(1.530)	(3.999)	(27.720)
Despesas com loterias	(38.569)	(122.299)	(148.696)
Despesas com cartão	(250.899)	(647.459)	(495.828)
Serviços automatizados	(39.495)	(113.617)	(113.528)
Descontos de operações de crédito	(115.060)	(317.938)	(536.995)
Correspondente não bancário	(390.864)	(1.081.795)	(865.238)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(357.218)	(1.202.186)	(1.238.109)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(114.777)	(342.921)	(338.364)
Benefícios sociais	(19.844)	(56.058)	(62.197)
Fundo de investimento do FGTS	(7.901)	(21.066)	(4.556)
Alavancagem de negócios	(44.676)	(143.801)	(104.078)
Condenações judiciais	(42.134)	(101.639)	(165.964)
Créditos administrados por terceiros	(9.995)	(30.132)	(26.178)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(75.191)	(217.690)	(192.775)
Benefício pós-emprego	(148.094)	(445.191)	(422.142)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(141.801)	(319.423)	(202.195)
Desp. revendedor lotérico	(42.756)	(123.407)	(94.576)
Desp. provisões operacionais	(75.967)	(345.306)	(63.579)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(20.836)	(57.451)	(6.394)
Outras	(223.273)	(622.302)	(437.194)
Total	(2.360.678)	(7.078.738)	(7.020.732)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Receitas não operacionais	84.254	187.078	162.257
Lucro na alienação de valores e bens	34.946	93.503	90.743
Alienação de bens imóveis	7.834	21.903	26.128
Sobras de caixa não reclamadas	7.528	22.223	17.627
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	404	409	3.162
Multas e penalidades	3.849	13.451	15.144
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	22.167	22.167	-
Outras rendas não operacionais	7.526	13.422	9.453
Despesas não operacionais	(125.907)	(320.878)	(328.426)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.134)	(3.188)	(2.679)
Indenizações por perdas e danos	(41.327)	(95.181)	(53.802)
Perdas em Imóveis	(10.237)	(30.273)	(26.896)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(35.252)	(124.713)	(175.408)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.390)	(9.099)	(13.653)
Perdas em cartões de crédito	(9.545)	(27.699)	(42.933)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(22.134)	(22.139)	-
Outras despesas não operacionais	(2.888)	(8.586)	(13.055)
Total	(41.653)	(133.800)	(166.169)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2012		2011	2012		2011
	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Contribuição COFINS	(318.620)	(983.695)	(854.321)	(318.625)	(983.707)	(858.538)
PIS/PASEP	(51.776)	(159.850)	(138.827)	(51.777)	(159.852)	(139.742)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(102.073)	(282.717)	(248.411)	(102.073)	(282.717)	(248.411)
Despesas com IPTU	(1.659)	(42.468)	(39.315)	(1.659)	(42.468)	(39.315)
Outras	(3.566)	(30.012)	(33.578)	(3.566)	(30.386)	(33.578)
Total	(477.694)	(1.498.742)	(1.314.452)	(477.700)	(1.499.130)	(1.319.584)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

(a) As provisões estão assim apresentadas:

(i) Composição por classificação de risco Provável:

CAIXA INDIVIDUAL / CAIXA CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2011	Acumulado setembro 2012		30/09/2012	30/09/2011
		Adições	Reversões/ Baixas		
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	268.242	138.931	(168.081)	239.092	248.428
INSS	47.506	48.989	(49.329)	47.166	45.531
ISS	186.617	68.478	(103.420)	151.675	168.084
Outros	34.119	21.464	(15.332)	40.251	34.813
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.582.717	2.832.418	(2.930.735)	3.484.400	3.729.424
Perdas e danos	1.441.561	1.456.555	(1.667.891)	1.230.225	1.447.489
Poupança	1.342.666	251.791	(336.095)	1.258.362	1.497.874
Loterias	8.917	13.920	(13.934)	8.903	8.790
Crédito imobiliário	214.790	197.879	(309.207)	103.462	214.258
Contingenciamento do FGTS	574.783	912.273	(603.608)	883.448	561.013
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.812.886	2.180.087	(2.129.998)	2.862.975	2.833.091
Outras (Nota 18 (f))	41.671	1.268	-	42.939	180.150
Total	6.705.516	5.152.704	(5.228.814)	6.629.406	6.991.093

(ii) Composição por classificação de risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Demandas Fiscais	4.729.583	4.641.123	4.588.264
Demandas Cíveis	2.157.149	1.114.021	1.098.133
Demandas Trabalhistas	39.846	46.749	46.082
Total	6.926.578	5.801.893	5.732.479



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Demandas Fiscais	7.759.785	7.401.564	7.047.348
Demandas Cíveis	617.875	632.466	636.889
Demandas Trabalhistas	1.775.120	1.474.686	1.469.284
Total	10.152.780	9.508.716	9.153.521

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de setembro de 2012, montam a R\$ 1.388.377 (30/09/2011 - R\$ 1.193.831), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 47.165 (30/09/2011 - R\$ 45.531).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de setembro de 2012 corresponde ao montante de R\$ 337.545 (30/09/2011 - R\$ 340.211). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 151.675 (30/09/2011 – R\$ 168.084).

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.179 (30/09/2011- R\$ 5.877), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi atuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.077.094 de juros, os quais totalizam R\$ 4.245.553 a valores de 30 de setembro de 2012 (30/09/2011 - R\$ 4.162.176, valor total).

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível.

A CAIXA possui 24 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 484.030 em 30 de setembro de 2012 (30/09/2011 - R\$ 426.088).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme Resolução CMN nº 3.750/2009.

(a) Transações com partes relacionadas

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco Panamericano S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional; e
- FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco Panamericano que estabelece um limite reutilizável de R\$ 8 bilhões para aquisição de carteiras de crédito e de R\$ 2 bilhões para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.022.648	2.063.590	-
Banco Panamericano	2.022.648	2.063.590	-
Aplicações em operações compromissadas	-	300.037	-
Banco Panamericano	-	300.037	-
Rendas a receber	2.169.132	1.469.305	1.245.441
Caixa Seguros Holding S.A.	407	450	-
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.168.725	1.468.855	1.245.441
Créditos adquiridos	2.878.431	2.404.793	2.072.318
Banco Panamericano	2.878.431	2.404.793	2.072.318
Total	7.070.211	6.237.725	3.317.759

PASSIVOS			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Depósitos	260.623	296.191	278.240
Caixa Seguros Holding S.A.	14.848	7.100	5.128
FUNCEF	1.615	1.250	1.354
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	244.160	287.841	271.758
Repasses do país - instituições oficiais	1.117	25.222	7.299
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	1.117	25.222	7.299
Obrigações diversas	33.830	31.462	30.808
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	33.830	31.462	30.808
Total	295.570	352.875	316.347



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RECEITAS			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Rendas de depósitos interfinanceiros	40.053	128.724	-
Banco Panamericano	40.053	128.724	-
Rendas de prestação de serviços	140.008	452.227	388.476
Caixa Seguros Holding S.A.	122.329	398.769	332.697
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	17.679	53.458	55.779
Outras receitas operacionais	40.669	132.888	106.367
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	40.669	132.888	106.367
Total	220.730	713.839	494.843

DESPESAS			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Despesas administrativas - aluguéis	(11.406)	(33.909)	32.831
FUNCEF	(11.406)	(33.909)	32.831
Outras despesas operacionais	(756)	(2.415)	2.566
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(756)	(2.415)	2.566
Total	(12.162)	(36.324)	35.397

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal chave da administração.

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2012		2011
	3° trimestre	Acumulado setembro	Acumulado setembro
Benefícios de curto prazo	2.711	7.902	7.040
Proventos	2.019	5.960	5.373
Encargos Sociais	692	1.942	1.667

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.169.106 (31/12/2011 – R\$ 1.599.972 e 30/09/2011 – R\$ 2.006.156) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Benefícios de curto prazo	2.816.975	2.390.914	2.465.733
Natureza salarial	2.168.906	1.599.948	2.005.734
Participação dos empregados no lucro	648.069	790.966	459.999
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f1))	6.524.613	6.328.531	6.209.560
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	5.883.397	5.677.807	5.553.716
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	597.740	607.075	611.962
PREVHAB (cálculo atuarial)	43.476	43.649	43.882
Total	9.341.588	8.719.445	8.675.293

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2011, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.4) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Premissas Financeiras						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00	5,78	6,00	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00	1,00	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00	5,50	5,00	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30	11,30

*valores em %



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000	AT 83 M e AT 83 F

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424
Valor presente da obrigação atuarial: sem cobertura / (em excesso)	(6.465.329)	(5.899.921)	69.063	(89.217)	(22.916)	53.472
Montante não reconhecido como ativo / (passivo) (1)	3.232.664	2.949.960	(34.531)	44.608	11.458	(26.736)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	647.073	884.794	(167.759)	(82.737)	19.435	(17.127)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	-	(2.065.167)	-	(127.345)	7.977	9.609

(1) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial: Início do exercício	(31.330.322)	(27.479.152)	(358.031)	(334.121)	(283.896)	(154.508)
Custo do serviço corrente	(58.484)	(74.096)	(3.482)	(3.436)	(18.602)	(20.045)
Custo de juros	(3.622.039)	(3.017.912)	(32.082)	(33.925)	(30.593)	(9.567)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(1.493.888)	(2.092.304)	(35.357)	(5.694)	66.711	(110.000)
Benefícios pagos pelo plano	1.471.444	1.333.142	16.434	19.145	12.130	10.224
Valor presente da obrigação atuarial: Final do exercício	(35.033.289)	(31.330.322)	(412.518)	(358.031)	(254.250)	(283.896)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	37.230.243	31.584.152	447.248	513.041	230.424	132.388
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	4.134.518	56.538	51.581	29.666	18.545
Ganhos / (Perdas) atuariais	1.018.447	2.813.153	(144.478)	(99.962)	23.206	85.096
Contribuições/Pagamentos do empregador	14.666	15.781	580	551	6.000	4.619
Contribuições de participantes do plano	14.666	15.781	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.471.444)	(1.333.142)	(16.434)	(19.145)	(12.130)	(10.224)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	41.498.618	37.230.243	343.455	447.248	277.166	230.424

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	(58.484)	(74.096)	(3.482)	(3.436)	(18.602)	(20.045)
Responsabilidade dos participantes	(505.758)	(521.255)	(10.486)	276	9.764	5.533
Custo de juros	(3.622.039)	(3.017.912)	(32.082)	(33.925)	(30.593)	(9.567)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.692.039	4.134.518	56.538	51.581	29.666	18.545
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(4.895)	(372)	(1.212)	-
Efeito do limite	(520.424)	(537.036)	-	-	-	3.224
Total da despesa reconhecida	(14.666)	(15.781)	(290)	(276)	(10.976)	(2.310)

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / Receita e Pagamentos esperados			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(28.123)	(2.850)	(25.060)
Responsabilidades dos participantes	(661.324)	3.040	8.024
Custo de juros	(3.871.909)	(47.312)	(27.967)
Retorno esperado dos ativos do plano	5.222.680	44.082	36.981
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(12.879)	506
Efeito do não reconhecimento do ativo	(676.797)	15.595	-
Total da despesa a reconhecer	(15.473)	(324)	(7.517)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas

Premissas utilizadas PREVHAB		
Descrição	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	11,30	10,23

*valores em %

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no BP - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636
Valor presente da obrigação atuarial em excesso	(6.114)	(7.028)
Ganhos atuariais não reconhecidos	2.430	5.527
Ativo atuarial líquido no final do exercício (1)	(3.684)	(1.501)

(1) A CAIXA optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no Início do exercício	(36.607)	(40.205)
Custo do serviço corrente	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(80)	4.553
Benefícios pagos pelo plano	3.187	3.257
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(37.535)	(36.607)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	43.636	42.625
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Perdas atuariais	(2.948)	(1.444)
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	-	-
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.188)	(3.257)
Despesas administrativas	-	-
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	43.649	43.636

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - PREVHAB		
Descrição	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-
Responsabilidade dos participantes	-	-
Custo de juros	(4.034)	(4.212)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.149	5.712
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais	68	-
Efeito do limite	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida no exercício	2.183	1.500

(vi) Despesa / receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa / receita e pagamentos esperados - PREVHAB	
Descrição	2012
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros	(4.041)
Retorno esperado dos ativos do plano	6.125
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-
Efeito do limite	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	2.084



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.883.397 (31/12/2011 – R\$ 5.677.807 e 30/09/2011 - R\$ 5.553.716) e a despesa para o período acumulado até 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 131.436 (30/09/2011 - R\$ 122.716).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,62
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	1,04
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	4,00
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	1,93	1,18
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F

*valores em % (exceto Tábua de mortalidade)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	4.637.896	4.387.210
Ganhos atuariais não reconhecidos	994.472	778.857
Passivo atuarial líquido reconhecido no final do exercício	5.632.367	5.166.068

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(4.387.210)	(4.259.459)
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Ganhos / (Perdas) atuariais	246.517	276.681
Benefícios pagos pelo plano	185.059	155.525
Reduções	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(4.637.896)	(4.387.210)

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução ativos líquidos SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	(185.059)	155.525
Contribuições de participantes do plano	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(185.059)	(155.525)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado SAÚDE CAIXA		
Descrição	2011	2010
Custo do serviço corrente	(191.397)	(103.235)
Contribuição dos participantes	-	-
Custo de juros	(490.865)	(456.722)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	30.902	6.926
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-
Total da despesa no exercício	(651.359)	(553.031)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados SAÚDE CAIXA	
Descrição	2012
Montante de	
Custo do serviço corrente	(288.161)
Contribuições dos participantes	-
Custo de juros	(525.743)
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	48.956
Total da despesa a reconhecer	(764.948)

(vii) Efeito decorrente de aumento ou redução de um ponto percentual dos custos médicos

Efeito decorrente dos custos médicos - SAÚDE CAIXA		
Descrição	Decréscimo 1%	Aumento 1%
Valor Total do custo de juros	(524.511)	(529.810)
Valor Total do custo do serviço corrente	253.141	255.648
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.614.992	4.660.686
Percentual do valor Total do custo de juros	(0,23)%	0,77%
Percentual do valor Total do custo do serviço corrente	(0,49)%	0,49%
Percentual do valor presente da obrigação atuarial do plano	(0,49)%	0,49%

(e) Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2012 a agosto de 2013 é de R\$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O benefício Auxílio Pecúlio é administrado pela CAIXA que, em conjunto com os participantes, são partes intervenientes contribuindo com R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro. O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R\$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R\$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação. O Auxílio Pecúlio foi finalizado em agosto de 2012 e os valores administrados foram devolvidos aos participantes.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 597.740 (31/12/2011 – R\$ 607.075 e 30/09/2011 - R\$ 611.962) e a despesa para o período acumulado até 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 16.658 (30/09/2011 - R\$ 17.998).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas - auxílio, cesta alimentação e auxílio pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011*	2010*	2011*	2010*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	5,78	6,00	5,78	6,00
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,50	5,00	5,50	5,00
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30	11,30
Taxa de rotatividade	-	-	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

*valores em % (exceto Tábua de mortalidade)

(ii) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Principais premissas - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	7.429	6.249
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	624.440	651.502	3.723	3.639
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	13.916	9.484	(2.519)	(2.802)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	638.356	660.986	1.204	837

(iii) Evolução dos passivos atuariais

Evolução dos passivos atuariais - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Valor Presente da obrigação atuarial no início do exercício	(651.502)	(744.355)	(9.888)	(12.026)
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(308)
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Ganhos / (Perdas) atuariais	4.432	26.440	(40)	3.506
Benefícios pagos pelo plano	94.623	54.868	229	252
Reduções	-	92.530	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(624.440)	(651.502)	(11.152)	(9.888)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Evolução dos ativos líquidos

Evolução dos ativos líquidos – Auxílio Pecúlio			
Descrição	2011	2010	
Valor Justo dos ativos do plano no início do exercício	6.249	5.824	
Retorno esperado dos ativos do plano	749	658	
Ganhos / (Perdas) atuariais	149	(468)	
Pagamentos / Contribuições do empregador	187	177	
Contribuições de participantes do plano	324	310	
Benefícios pagos pelo plano	(229)	(252)	
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.429	6.249	

(v) Despesa Total reconhecida na demonstração do resultado

Despesa Total reconhecida no resultado - Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio				
Descrição	Auxílio e cesta alimentação		Auxílio pecúlio	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	-	-	(343)	(309)
Contribuição dos participantes	-	-	324	310
Custo de juros	(71.992)	(80.985)	(1.110)	(1.312)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	749	659
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	-	(174)	(274)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	92.529	-	-
Total da (despesa) / receita no exercício	(71.992)	11.544	(554)	(926)

(vi) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Despesa/receita e pagamentos esperados – Auxílio, Cesta Alimentação e Auxílio Pecúlio		
Exercício de 2012 - Descrição	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Montantes de:		
Custo do serviço corrente	-	(383)
Contribuições dos participantes	-	342
Custo de juros	(66.633)	(1.286)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	907
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(149)
Total da despesa a reconhecer	(66.633)	(569)



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são coordenadas e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controladoria e Riscos.

O objetivo é assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente às exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	49.135.625	39.540.314	37.795.810
NÍVEL I	25.101.991	21.466.776	19.855.069
Patrimônio Líquido	22.460.365	19.561.381	16.948.780
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	3.274.173	2.800.014	2.589.792
Reservas de Reavaliação	(453.130)	(464.595)	(468.108)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(154.673)	(168.926)	(261.281)
Ativo Permanente Diferido	(5.852)	(22.825)	(31.471)
Ajuste ao Valor de Mercado	(18.892)	(187.247)	(1.824)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	(51.026)	-
Outros	-	-	1.079.181
NÍVEL II	25.101.991	18.683.916	18.562.561
Reservas de Reavaliação	453.130	464.595	468.108
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.613.786	9.481.272	9.686.127
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.016.183	8.550.802	8.406.502
Ajuste ao Valor de Mercado	18.892	187.247	1.824
DEDUÇÕES DO PR	(1.068.357)	(610.378)	(621.820)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.067.193)	(609.388)	(620.840)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.164)	(990)	(980)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	42.813.894	32.605.806	30.915.718
Risco de Crédito (PEPR)	40.526.291	30.714.623	29.034.774
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P _{JUR} , P _{COM} e P _{ACS})	285.475	61.126	50.887
Risco Operacional (P _{OPR})	2.002.128	1.830.057	1.830.057
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	1.704.447	2.385.646	-
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	4.617.284	4.548.862	6.880.092
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	12,62%	13,34%	13,45%

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O controle e o acompanhamento do risco de crédito são realizados pela identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso e exposição, limites por tomador, operação, segmento, região geográfica e setor de atividade econômica, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão, *rating* das operações, exigência de capital regulatório e econômico, proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Ademais, as novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação; as operações em carteira são reavaliadas periodicamente; as operações de varejo utilizam modelos de *Behaviour Scoring* e para as demais exposições aplica-se a reavaliação de *rating*.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito.

As revisões periódicas das políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

Os riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações são identificados previamente, com análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA e os limites de exposição e concentração a riscos de mercado, abrangendo todas as fontes relevantes deste risco. São monitorados, com reporte tempestivo às instâncias deliberativas, assegurando menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa. Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Fatores de Risco	Valor em Risco em Cenário de Normalidade*		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
PRE	12,1	10,4	15,4
Cupom IGP	-	-	0,1
Cupom IPCA	0,2	0,1	0,7
Cupom SELIC	0,1	-	-
VaR sem ED ⁽¹⁾	12,4	10,6	16,2
VaR com ED ⁽¹⁾	12,8	10,7	17,2

* Valores em R\$ milhões (1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado:

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - ATIVO									
Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	2.389.867	2.063.590	1.016.645	2.102.581	2.063.746	1.016.981	(287.286)	156	336
Aplicações em Operações Compromissadas	93.192.743	27.683.377	54.229.093	93.160.941	27.685.856	54.260.248	(31.802)	2.479	31.155
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	125.519.366	119.404.875	114.694.242	132.202.883	121.984.257	116.892.581	6.683.517	2.579.382	2.198.339
Títulos para negociação	67.200.479	55.144.135	50.683.894	67.200.479	55.144.135	50.683.894	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	14.348.919	5.594.541	2.522.454	14.348.919	5.594.541	2.522.454	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	43.969.968	58.666.199	61.487.894	50.653.485	61.245.581	63.686.233	6.683.517	2.579.382	2.198.339
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	328.496.939	252.890.299	229.868.194	344.836.819	253.887.001	234.689.179	16.339.880	996.702	4.820.985
Comercial	109.540.268	79.750.293	72.032.772	127.776.605	87.684.038	81.609.037	18.236.337	7.933.745	9.576.265
Habitação	190.558.002	152.870.586	141.208.117	191.103.116	148.897.621	138.886.849	545.114	(3.972.965)	(2.321.268)
Infraestrutura/Desenvolvimento	21.890.185	16.927.897	13.788.446	19.448.614	13.963.819	11.354.434	(2.441.571)	(2.964.078)	(2.434.012)
Outros Créditos	6.508.484	3.341.523	2.838.859	6.508.484	3.341.523	2.838.859	-	-	-
Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais - PASSIVO									
Captações de Recursos	94.424.794	60.293.053	59.011.105	96.508.281	61.745.016	68.662.248	2.083.487	1.451.963	9.651.143
CDB/RDB	54.733.532	39.215.509	40.586.582	55.258.124	39.524.657	49.129.373	524.592	309.148	8.542.791
LCI LH	39.691.262	21.077.544	18.424.523	41.250.157	22.220.359	19.532.875	1.558.895	1.142.815	1.108.352
Captação em Operações Compromissadas	109.098.031	56.291.291	72.874.873	109.273.365	57.915.402	77.001.239	175.334	1.624.111	4.126.366
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	101.388.321	84.169.782	76.773.294	92.892.093	71.395.765	65.522.638	(8.496.228)	(12.774.017)	(11.250.656)
Exterior	5.282	4.601	141.801	2.524	4.597	137.229	(2.758)	(4)	(4.572)
Tesouro	33.830	32.509	31.808	34.760	32.735	32.030	930	226	222
FGTS	97.550.335	80.599.183	73.092.059	88.119.301	67.091.999	61.317.186	(9.431.034)	(13.507.184)	(11.774.873)
BNDES	2.367.832	1.730.226	1.613.471	3.434.362	2.698.519	2.386.800	1.066.530	968.293	773.329
Depósitos não remunerados	1.431.042	1.803.263	1.894.155	1.301.146	1.567.915	1.649.393	(129.896)	(235.348)	(244.762)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	27.889.010	13.884.459	13.663.181	28.141.155	15.829.703	14.977.051	252.145	1.945.244	1.313.870



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 31/12/2011, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros - 30/09/ 2012 – R\$ mil				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(132.792)	(3.154.737)	(6.003.055)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(21.448)	(513.735)	(986.105)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(349.756)	(8.048.925)	(14.872.719)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1)	(6)	(12)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação

O Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

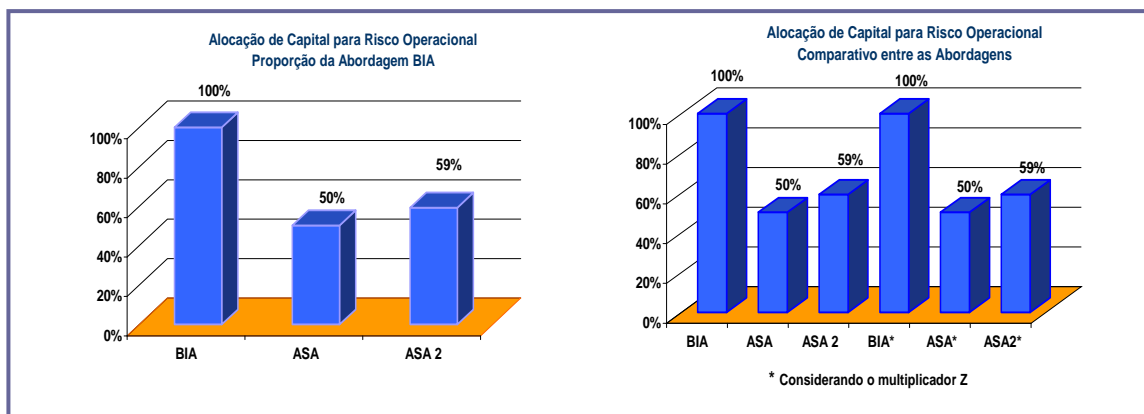
A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado.

As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008.

Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:





Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional ainda está sendo normatizado pelo BACEN, que tem o Comunicado 19.217/09 como direcionador.

A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas no Comunicado citado e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado.

O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2011
PIS (1)	27.660.430	27.241.566	27.219.858
FGTS (1)	40.930.484	41.013.173	35.865.937
FAR (1)	7.183.664	5.381.563	4.389.466
FDS	1.076.326	1.076.326	923.199
FAS	27.112	29.318	28.214
FGS	105.641	105.641	49.502
FGHAB	1.010.537	425.564	360.462
CCA	20.616	20.616	5.501
CCAM	12	12	6
FGCN	3.905.278	1.400.154	1.206.234
FCE	16	15	144
Total	81.920.116	76.693.948	70.048.523
FCVS (1) (2)	(79.836.929)	(79.836.930)	(83.813.054)

(1) Posição de agosto/2012.

(2) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (30/09/2011 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 25.362 (30/09/2011 - R\$ 30.970).

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 123.533 (30/09/2011 - R\$ 100.172).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 159.832 (30/09/2011 - R\$ 168.192).



Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes

No mês de novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Foram colocados US\$ 1 bilhão, com prazo de 5 anos e remuneração de 2,495% ao ano (cupom de 2,375%) e US\$ 500 milhões em títulos com prazo de 10 anos, remunerados a 3,554% ao ano (cupom de 3,50%).

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal -
CAIXA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”), em 30 de setembro de 2012, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), em 30 de setembro de 2012, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente das pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 30 de setembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7(b), em 30 de setembro de 2012 a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 18.560 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, totalizam R\$ 8.154 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 2.807 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 13.213 milhões, em 30 de setembro de 2012, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos tributários

Chamamos a atenção para a Nota 20(a) às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que em 30 de setembro de 2012 a CAIXA possuía R\$ 19.112 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, para os quais foi constituída provisão para realização desses créditos de R\$ 4.161 milhões. O valor líquido de R\$ 14.951 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para até dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 14 de novembro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F”
DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 “S” DF